

APRESENTAÇÃO

Sou Herberto Peil Mereb, mestrando da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Pelotas, mesma instituição na qual me graduei Bacharel em Direito em 2001.

A chegada na universidade, em 1996, alicerçada por experiências profissionais e políticas anteriores, acabou me encaminhando à extensão universitária que, por sua vez, possibilitou-me desenvolver trabalhos e projetos para além do ensino e fora do espaço da universidade. Essas



FIGURA 2 - PLENÁRIA FINAL FÓRUM SOCIAL DA PERIFERIA 2008
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

Essas experiências fizeram-me olhar para as relações de poder da cidade, do país e do mundo como algo que circula e coloca os locais em conexão com o global. Entendo que esta Dissertação permitiu exercitar a análise das relações de poder e seus efeitos, a partir de uma microfísica do poder no Loteamento Dunas (Bairro Areal - Pelotas - RS) tendo como foco o período compreendido entre 1996 e 2001.

Esta Dissertação focou seu estudo na investigação das relações de poder que constituíram o Comitê de Desenvolvimento do Dunas (CDD)¹. Teve como objetivo geral investigar as práticas de implementação do

¹ O CDD é uma organização não governamental (ONG) formada por organizações governamentais e não governamentais do Loteamento Dunas, e começa a ser discutido em 1996 no início do PRORENDA Urbano RS – Pelotas, ainda dentro da Associação de Moradores, vindo a ser formalizado em 21 de junho de 1997 (LIVRO DE ATAS, Termo de Abertura, fl. 01) .

PRORENDA Urbano² no Loteamento Dunas, e como objetivos específicos traçar a gênese da constituição do Loteamento e a moldura das práticas, saberes, e instituições que se desdobraram a partir do PRORENDA Urbano.

Esta Dissertação utiliza três metodologias diferentes que se complementam, foi uma Pesquisa Fundamental, porque teve a característica de enfrentar a questão da pesquisa, aumentar e disponibilizar saberes sobre o debate atual em torno das análises do poder como relações de forças que geram o tempo todo mecanismos dispersos, e que atuam e



FIGURA 3 - CARTAZ CONVITE
COMEMORAÇÕES DOS 10 ANOS DO CDD
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

produzem efeitos no universo micro do cotidiano da sociedade/comunidade (GIL, 2002). Foi uma Pesquisa Descritiva porque descreve a conjuntura da constituição do Loteamento Dunas desde sua gênese, passando pela formação da Associação de Moradores e suas conquistas, além de tratar da Cooperação Técnica entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha, bem como à implementação do Prorenda Urbano e seus desdobramentos. Por fim,

também foi uma Pesquisa Bibliográfica, porque se valeu de alguns referenciais teóricos e materiais deixados ou produzidos nas relações de poder que envolveram a constituição do Loteamento Dunas (LAVILLE, DIONNE, 1999).

Também cabe salientar que este trabalho é fruto de muitos anos de trabalho que venho desenvolvendo, inicia-se quando estudante de direito da UFPel começo a trabalhar com extensão no Projeto AMIZADE da Escola

² Veja Capítulo 3: O PRORENDA Urbano.

Superior de Educação Física/ESEF, desta mesma universidade, que trabalhava com meninos e meninas em situação de risco nas ruas da cidade de Pelotas (1996-2005). Em 1997 começo a atuar neste projeto e juntamente com outros estudantes de diversas unidades da UFPel começamos a re-planejar as ações do projeto, vindo a nos dar conta que a gurizada em situação de rua na cidade eram uma consequência da desarticulação comunitária e familiar. Assim no re-planejamento pensamos em procurar as causas desta desarticulação, para isso fizemos um levantamento para saber qual a origem - território desta gurizada, o resultado deste levantamento foi que a grande maioria era oriunda do Loteamento Dunas - Bairro Areal. Ao final de 1997 então deslocamos também nosso trabalho para este território, lá chegando, nos deparamos com o CDD - Comitê de Desenvolvimento do Dunas e o Processo do PRORENDA Urbano em processo inicial e que será neste trabalho aprofundado. Este trabalho de extensão vai até o final do primeiro semestre de 2001, quando me formo e junto com outros formandos e atuantes do Projeto AMIZADE, montamos a ONG AMIZ - Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional que continua desenvolvendo trabalhos até hoje no Loteamento Dunas e em parceria com o CDD. Então no que diz respeito às fontes deste trabalho, muitas são ou fazem parte do empirismo que desde 1997 até os dias de hoje venho desenvolvendo primeiramente frente ao projeto AMIZADE e depois da ONG AMIZ.

No capítulo 1 - A Gênese do Loteamento Dunas -, apresento o território onde este estudo está situado, o Loteamento Dunas. Mostro o processo organizado pelo poder público municipal para distribuir lotes urbanizados a pessoas em situação de desfavorecimento econômico e social na cidade de Pelotas e os problemas de operacionalidade do poder público, que acabaram gerando uma ocupação desordenada do Loteamento em

meados de 1990. Apresento também como as práticas de implementação do PRORENDA Urbano no Loteamento interferiram naquela microfísica (1996-2001) e quais foram os seus desdobramentos e efeitos de poder, em especial a ascensão da perspectiva do terceiro setor - autonomia e empoderamento local -, a desarticulação do associativismo de moradores e a luta por moradia.

No capítulo 2 - Referencial Teórico -, abordo o tema do poder, seus efeitos e mecanismos na perspectiva foucaultiana, procurando subsídios para compreender as práticas e saberes locais que se deram no Loteamento Dunas no período do PRORENDA Urbano e seus desdobramentos. Para isso apresento um quadro analítico sobre o Poder, entendido como algo essencialmente produtivo, que articula práticas, saberes e instituições que estão o tempo todo se embatendo e gerando efeitos de poder e resistência nas relações da sociedade em que vivemos.

No capítulo 3 apresento a Cooperação Técnica realizada entre o governo do Brasil e da Alemanha, que operacionalizou o PRORENDA Urbano implementado no Loteamento Dunas no período de 1996 até 2001. Apresento as bases da cooperação técnica para o desenvolvimento que teve como objetivo melhorar as condições econômicas e sociais da população. Abordo também as metodologias utilizadas na implementação do programa bem como seus eixos articuladores para o combate à pobreza e o fortalecimento da sociedade civil via terceiro setor.



FIGURA 4 - LOGOTIPO DA GTZ E PRORENDA URBANO
PRINT SCREEN MATERIAL DE APOIO GTZ

No capítulo 4 - Histórias, Práticas e Saberes -, procuro fazer a análise da formação do Loteamento Dunas desde sua gênese, e discuto como

as práticas de implementação do PRORENDA Urbano no Loteamento interferiram naquela microfísica, e quais foram os seus desdobramentos e efeitos de poder, em especial a ascensão da perspectiva do terceiro setor e a desarticulação do associativismo de moradores. Por fim, apresento uma moldura do Loteamento Dunas desde sua constituição, passando por quatro grandes momentos que operacionalizaram o seu deslocamento de uma posição periférica e subordinada para uma situação de empoderamento nas relações de poder.

No capítulo 5 - Considerações finais, apresento uma síntese da pesquisa e de seus principais achados a partir da análise de quatro grandes momentos que atravessaram a caminhada do Loteamento Dunas, onde em cada um deles foram produzidos diversos mecanismos que operaram diversos efeitos de poder na microfísica do Dunas, mas que de uma forma geral não necessariamente possuem continuidade ou uma perspectiva linear no desenvolvimento e nos seus desdobramentos. Mas de uma forma ou outra produziram o deslocamento do Loteamento Dunas de uma posição periférica e subordinada para uma situação de empoderamento nas relações de poder locais e globais.

1 - LOTEAMENTO DUNAS: GÊNESE



**FIGURA 5 - LOTEAMENTO DUNAS INÍCIO DA DÉCADA DE 1990
ACERVO PROJETO CASA BRASIL**

1.1. Contextualização

O Projeto Loteamento Dunas (MEMÓRIA DUNAS 2008)³ teve sua gênese em 1986 por uma ação do executivo municipal através da Secretaria de Governo. A prefeitura naquela ocasião recebeu uma doação, por parte do INSS⁴, de uma gleba de 60 hectares de um devedor da seguridade social, e

3 Sobre a origem do nome Dunas existem duas histórias, uma por estar aos fundos do Dunas Clube, localizado na Avenida Domingos de Almeida; outra perspectiva é que se chama Dunas devido à cidade estar dividida na época em distritos, e aquele local ser reconhecido como distrito Dunas em função da existência da exploração mineral de areia. Material pesquisado pelo Memória Dunas, projeto organizado pela Faculdade de Museologia da UFPel em parceria com a ONG Amiz, CDD e Uniperiferia, constituíram dois volumes: o primeiro sobre o surgimento do Loteamento Dunas e o segundo sobre a constituição do CDD.

4 Instituto Nacional de Seguridade Social.

criou um banco de terras localizadas no Bairro Areal, ao lado da comunidade Bom Jesus.

O Loteamento Dunas é um local maior que 50% dos municípios do Rio Grande do Sul, tendo aproximadamente hoje 20 mil moradores. Em 1987 e 1988 foram então entregues como posse os lotes das 03 primeiras ruas, das 29 de hoje, mais a Rua 29 fundos, uma ocupação recente (2008) que ainda não possui as condições mínimas de ambiência urbana (água, luz, lotes e ruas bem definidos), sendo atualmente um dos locais mais desfavorecidos dentro do Loteamento Dunas.

As assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Pelotas, em parceria com a Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pelotas, no período entre 1989 e 1990 iniciaram um cadastramento de 7.000 famílias que necessitavam de habitação popular na cidade. Seiscentas famílias foram contempladas no primeiro momento.

O lote cedido foi estruturado para atender, primeiramente, a população que vivia ao lado do loteamento, no chamado Corredor do Obelisco, que liga a Avenida Domingos de Almeida e a Avenida República do Líbano (esta última faz divisa entre a região administrativa do Areal e a Zona Norte de Pelotas).



FIGURA 6 - LOTEAMENTO DUNAS FINAL DA DÉCADA DE 1980
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

A área constituía-se num grande terreno com mato de eucalipto.

O critério usado para a ocupação dos lotes foi feito de maneira que priorizou mães solteiras com filhos, em seguida idosos e casais com filhos (não eram aceitas pessoas solteiras). Segundo o arquiteto Fernando Caetano, que projetou o Loteamento Dunas (Memória Dunas, 2008), a Prefeitura de Pelotas inicialmente planejou a criação de lotes urbanizados, mas devido à troca de governo e à crise habitacional da época, o projeto inicial de urbanização plena não conseguiu sustentar-se e foi abandonado.

O processo de implementar um loteamento organizado chegou quase



FIGURA 7 - ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
NÚCLEO HABITACIONAL DUNAS
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

até a Rua 09. A troca de governo e as pressões geradas por invasões exigiram medidas imediatas, e logo o foco da prefeitura - repassar lotes com estrutura de ambiência urbana adequada à habitação -

mudou e os lotes começaram a ser entregues somente com as medidas geométricas (7 m de frente por 12 m de fundo e sem as mínimas condições de habitação. Naquele momento a prefeitura perdeu o controle e houve uma ocupação geral do Loteamento Dunas, indo da Rua 09 até a 29. Nesta ocupação desordenada não havia ruas bem definidas e nem luz, rede de esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, escola, posto de saúde e linha de ônibus; nem mesmo sistema de água existia, o que obrigava

os moradores a madrugarem para conseguir água com o caminhão pipa que o SANEP⁵, uma vez ao dia, disponibilizava.

Aos poucos as melhorias foram sendo conquistadas, os moradores e moradoras se organizaram através da constituição de uma associação para reivindicar as condições básicas de moradia. A primeira conquista foi a luz, ligada em três ruas no ano de 1990, e em 1991, após várias caminhadas até a prefeitura, foi atendido o pedido de rede de água. As duas escolas, a creche, o posto de saúde, o CDD, o campo de futebol e as melhorias na estruturas urbanísticas do Dunas são os frutos de um longo caminhar, que está completando vinte e quatro anos em 2011.⁶



FIGURA 8 - CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DUNAS E INTERIOR QUANDO CONCLUÍDA
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

No início dos anos 1990 surge a primeira grande luta dos moradores, a construção de uma escola para atender o loteamento. A partir dessa reivindicação, que foi atendida no ano de 1991, formalizou-se a idéia da organização da Associação de Moradores. Como relatou o seu primeiro presidente: o Seu Dadá (falecido em 2010), a Associação de Moradores foi o motor das mobilizações daquele período para a construção da Escola

5 Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.

6 Ainda que muitas conquistas tenham acontecido e que o Loteamento Dunas atualmente seja modelo de organização comunitária laica, as reivindicações como rede de esgoto, a rede de água que é desligada quase todas as noites (o que vira cotidiano e se agrava no verão) e a iluminação pública continuam na pauta local, além da problemática da falta de possibilidades e perspectivas de emprego e geração de renda.

Núcleo Habitacional Dunas, da Escola de Educação Infantil Paulo Freire e do Posto de Saúde (MEMÓRIA DUNAS 2008).

A construção da sede própria demonstrou uma característica marcante dos moradores e moradoras do Dunas: a mobilização e vontade de organização comunitária. O terreno da atual sede da Associação de Moradores foi doado pela prefeitura, e a construção do prédio veio no mesmo período em que iniciou a discussão do projeto Prorenda Urbano. Na época, os moradores que participavam dos cursos de capacitação do projeto abriram mão da verba da alimentação para comprarem o material de construção, garantindo a mão-de-obra em sistema de mutirão.

Dentre as mais importantes mobilizações da comunidade via Associação de Moradores, além dos diversos torneios de futebol que serviam para levantar fundos a pessoas desamparadas e assegurar esporte e lazer local, com certeza foi a constituição do CDD.



FIGURA 9 - LOGO MARCA DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO DUNAS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

A criação do Comitê de Desenvolvimento do Dunas se formalizou em 1997 (LIVRO DE ATAS DO CDD, 1997), foi gestado dentro da Associação de Moradores desde 1996, foi o início de uma prática que, a partir da concepção da Cooperação Técnica entre os governos do Brasil e da Alemanha (Prorenda Urbano 1996 - 2001), determinava que a operacionalidade do programa não

deveria ser feita por uma pessoa jurídica como a associação de moradores, mas por uma instituição do terceiro setor, uma prática organizacional não governamental e laica, com o fim de buscar não só os direito de moradia,

mas a organização local e a autogestão para o desenvolvimento da comunidade como um todo.

Esse processo efetivamente desmobilizou o associativismo de moradores, inaugurando uma racionalidade de terceiro setor, uma vontade de desenvolvimento local ao invés de reivindicações pontuais de moradia. A comunidade efetivamente, a partir da constituição do CDD, assume-se nas relações de poder da sociedade e teve que dar conta de seus problemas e de seu desenvolvimento.

Neste momento começaram a ser implementados planos estratégicos de organização local e representatividade não mais no campo exclusivo dos direitos de habitar. Assim, a Associação de Moradores fica abandonada em sua concepção e prática e seus dirigentes tornam-se gestores e gestoras do CDD, que passa a assumir o papel representativo no desenvolvimento local e nas relações de poder daquela comunidade.

Tal situação levou a Associação de Moradores a ficar muitos anos reduzida a uso pessoal e econômico de uma família, sem realizar eleições nem reivindicações no âmbito dos direitos de moradia para a comunidade. Somente em 2009 começou um movimento de retomada da associação pela comunidade local, elegendo então uma primeira gestão que está em curso até o final de 2011.

1.2. Reflexões

De uma forma geral a territorialidade urbana na cidade de Pelotas e as definições dos respectivos espaços e fronteiras administrativas municipais, no que diz respeito aos loteamentos populares, tiveram sua configuração baseada na lógica de organizar os mais economicamente desfavorecidos longe das áreas centrais da cidade. Esses locais de centro, por terem maior estrutura urbanística e social, são habitados por pessoas

mais favorecidas economicamente. Nessa perspectiva os loteamentos populares de uma forma geral vão se constituindo na periferia em relação ao centro da cidade. No que se refere ao Loteamento Dunas isso não foi diferente, os seus moradores foram sendo deslocados de áreas mais próximas do centro e esses terrenos começaram a ganhar valor de mercado e a ser adquiridos por pessoas com maior poder aquisitivo.



FIGURA 10 - FOTO AÉREA DA CIDADE DE SÃO PAULO
RIZOMA URBANO
ACERVO PESSOAL DO AUTOR

Para facilitar a situação, a Prefeitura Municipal, através de seus técnicos e por decisão política respaldada pelo poder legislativo, idealizou um projeto de loteamento popular urbanizado localizado numa área distante do espaço central, em situação de grande precariedade de infraestrutura e deslocamento. Isso influenciou uma migração de pessoas de outros bairros, da zona rural, e também de moradores do centro da cidade, que tendo a sua renda reduzida, foram realocados na periferia por falta de recursos para a compra de imóveis e o custeio dos aluguéis residenciais nas áreas próximas ao centro da cidade.

Para este trabalho não existe um posicionamento geográfico absoluto entre centro ("é aqui") e periferia ("é ali"), porque nas relações de poder da sociedade há centros dentro das periferias e vice-versa.

Gilles Deleuze (1994) trata as relações entre centro e periferia como relações de multiplicidades que somente possuem determinações e grandezas, de maneira que o centro e a periferia estão intimamente

conectados com os acontecimentos vividos, com as relações de poder, com os conceitos pensados, com os grupos e com as formações sociais. Para o filósofo francês, a sociedade é entendida como um rizoma, cheia de linhas de segmentaridades e fuga, segundo as quais a relação sujeito - território é estratificada, territorializada e organizada, mas que compreende também linhas de desterritorialização, pelas quais essa relação foge sem parar.

Logo centro e periferia, com suas linhas de fuga que não param de remeter-se um ao outro, não podem ser entendidos como um dualismo ou uma dicotomia na compreensão das relações de poder, como centro e periferia. Mas é possível partir do entendimento de que é em um território específico de centro ou de periferia que as práticas, saberes e instituições que determinam as relações de poder atuam, definem e exercitam seus interesses e entendimento de mundo, para além da dicotomia centro e periferia.

O sentimento sócio-econômico e cultural dos moradores e moradoras do Loteamento Dunas que ainda hoje prevalece é o de desfavorecimento (i)material. Digo (i)material me referindo às condições materiais objetivas de estruturas de ambiência urbana e social dentro da sociedade em que vivemos, assim como também estou me referindo às condições imateriais como modos de subjetivação, saberes e condução das condutas nas relações de poder.

Mesmo nesta perspectiva cabe salientar que há uma divisão material no que diz respeito as estruturas de ambiência urbana no Loteamento Dunas, uma parte mais favorecida que vai da Rua um a rua nove, onde foram construídas as estruturas institucionais do CDD, da Escola Núcleo Habitacionais Dunas, da Associação de Moradores, da Unidade Básica de Saúde, da Escola Infantil, do Centro Comercial e da Incubadora de

Pequenos Empreendimentos. Nesse local prevalece um sentimento de favorecimento em relação ao Loteamento como um todo.

A parte menos favorecida de ambiência urbana vai da Rua dez até a vinte e nove, com muito poucos equipamentos sociais e estruturas de



FIGURA 11 - LOTEAMENTO DUNAS INÍCIO DA DÉCADA DE 1990
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

ambiência urbana, ainda que há poucos anos tenha sido construída a Escola de Ensino Fundamental Deogar Soares(gestão

2001 - 2004 PT - Partido dos Trabalhadores), uma das poucas estruturas institucionais dessa área, local onde prevalece o sentimento de desfavorecimento em relação ao Loteamento como um todo.

Os moradores e moradoras do Dunas expressam um sentimento de desfavorecimento em relação ao centro da cidade e até mesmo em relação ao centro do bairro, por conta da ausência de estruturas de ambiência urbana e de desenvolvimento econômico - social.

Tal situação foi potencializada por necessidades políticas nas relações de poder que constituíram o Dunas, porque era preciso justificar o porquê dos grandes investimentos, em especial os investimentos do Prorenda Urbano (1996 - 2001) no Loteamento e não em outro território da cidade com as mesmas condições de desfavorecimento. Essa necessidade política abriu espaço para que midiaticamente se criasse para o Loteamento

uma sensação de violência Biopsicossocial⁷, em especial pelos meios de comunicação (rádios, programas de televisão e jornais impressos), que incessantemente veiculavam o local como "violento", onde moram os criminosos mais procurados pela polícia, enfim, uma simples discussão doméstica no Loteamento era tratada como um ato de alta violência. Ainda hoje, mesmo que a moldura tenha sido transformada pelas relações de poder ao longo dos anos, se pode observar tais ocorrências como forma de justificar ou retirar os investimentos no Loteamento Dunas⁸.

Por fim, cabe ressaltar que muitos desdobramentos pós Prorenda Urbano podem ser verificados no Loteamento Dunas. O primeiro logo após o final do PRORENDA Urbano, momento conturbado, em função do novo posicionamento político do governo municipal que havia assumido em 2001 (Gestão 2001-2005 Partido dos Trabalhadores). Neste momento vários parceiros estratégicos se afastaram e retiraram suas ações do loteamento, em função de entenderem que começou a se restringir a participação do CDD e dos parceiros na tomada de decisões sobre os



FIGURA 12 - INAUGURAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO ACERVO CASA BRASIL - FOTO DA PÁGINA DO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ DE 10 DE MARÇO DE 2002

7 Violência entendida nos campos da Vida - Saúde, da Psicologia – Pensamento, e do Social – Estruturas de Ambiência Urbana.

8 Um exemplo desta prática que ainda persiste foi o recente o fechamento do ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto) pela Secretaria de Cidadania de Pelotas, usando o argumento que a violência havia vencido no Dunas, e por este motivo estava sendo fechado o programa (Diário Popular/ Quarta Feira 29 de abril de 2008).

investimentos e os recursos de ambiência urbana para o Dunas, principalmente pelo posicionamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que coloca o CDD como uma extensão da secretaria e do governo municipal, uma prática visivelmente instrumental. Ao contrário do PRORENDA Urbano, inaugurou-se uma prática instrumental de exercício de poder unilateral, a partir da manipulação da informação e comunicação sobre os investimentos locais e os projetos e programas de ambiência urbana para o Loteamento Dunas.

Também pode-se falar do momento que se inicia logo após a gestão do Partido dos Trabalhadores, que se estende até os dias atuais, onde o Loteamento potencializa novamente seu envolvimento autônomo nas relações de poder da cidade e do mundo, outra vez envolvendo diversas instituições públicas, privadas e indivíduos que, a partir da experiência Piloto da Rede Vidadania, colocaram na prática o PRODUNAS - Programa de Desenvolvimento do Dunas,

O PRODUNAS vem se constituindo a partir de 2006 em comum acordo entre a Uniperiferia⁹ e o Comitê de Desenvolvimento do Dunas e sua Rede Vidadania¹⁰. Tem como meta envolver e comprometer organizações governamentais e não governamentais utilizando como referência a metodologia de Planejamento Estratégico Participativo pela GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica -, durante a execução do Projeto PRORENDA Urbano do RS, tendo o Loteamento Dunas como um dos interlocutores.

9 É uma ONG formada por pessoas da cidade de Pelotas e pelas instituições AMIZ e CDD, na perspectiva de incentivar práticas que valorizem os saberes e as culturas locais, a partir da experiência de Formação da Rede Vidadania integrando Ensino e Pesquisa, que pensa programas de desenvolvimento local pautado em planos estratégicos participativos que criem estratégias para curto, médio e longo prazo (www.redevidadania.blogspot.com).

10 Rede Vidadania é a ferramenta de informação e comunicação responsável por articular o movimento em curso no loteamento, envolvendo vários gestores públicos, privados e as instituições AMIZ – CDD – UNIPERIFERIA. (www.redevidadania.blogspot.com).

Seu objetivo geral é potencializar o desenvolvimento autônomo e sustentável do Loteamento Dunas, estimulando a participação das comunidades de suas diferentes áreas territoriais no empoderamento da Organização Local através do CDD - Comitê de Desenvolvimento do Dunas - e também para servir de modelo a outras comunidades/territórios de periferia urbana da cidade de Pelotas.

O PRODUNAS se organiza comunitariamente em quatro Frentes de Ação, sob a articulação do CDD, para dar conta do desenvolvimento autônomo do

loteamento. As

Frentes de Ação

deste programa, que é
efeito e

desdobramento do

PRORENDA Urbano,

se organiza em quatro



FIGURA 13 - LOGO MARCA REDE VIDADANIA

frentes de ação: a) Ambiência Urbana; b) Educação, Cultura e Lazer; c) Saúde e Segurança Social e d) Tecnologias da Informação e Comunicação¹¹.

A Rede Vidadania é outro efeito e desdobramento das relações de poder constituídas no processo PRORENDA Urbano. Trabalha a perspectiva de que somos construtores e construtoras da nossa própria vida: vidadania,

11 Frente de Ação Ambiência Urbana - Potencializa a Ambiência Urbana do Loteamento Dunas voltada à Educação Ambiental, Urbanização e Habitação Popular para uso da comunidade; II - Frente de Ação Educação, Cultura e Lazer - Potencializa a Arte e a Cultura Local, promovendo a auto-estima e estimulando a autogestão comunitária, oportunizando o desenvolvimento do esporte e do lazer, estimulando o espírito colaborativo e o respeito às diferenças. III – Frente de Ação Segurança Social e Proteção da Vida - Cria e aprimora estruturas que permitem a capacitação de recursos humanos dos locais para atuarem como observadores e observadoras da Segurança Social e Proteção da Vida na Comunidade, numa perspectiva de diagnosticar a comunidade e seu potencial de segurança social para prevenir as violências Biopsicossociais do Loteamento Dunas, procurando superar a lógica do vigiar e punir fundamentada na geração do medo e da submissão; e IV - Frente de Ação Tecnologias da Informação – Responsável por trabalhar a inclusão digital e disponibilizar as novas ferramentas da informação e comunicação modernas, assim como elaborar e produzir os materiais promocionais (gráficos e imagéticos) dos eventos sociais, econômicos e culturais da comunidade.

e não necessariamente construtores da cidade: cidadania. É uma Rede de Atitudes e Proteção da Vida que integra diversas instituições e pessoas, e vem ganhando força e tomando forma a partir da realização de vários Fóruns Sociais Comunitários e convênios, em especial com o Governo Federal, conforme segue:

- ✧ Dunas Social e Mundial (Loteamento Dunas - Pelotas em 2001), preparativo ao primeiro Fórum Social Mundial;
- ✧ Um Outro Mundo é Aqui (Loteamento Dunas - Pelotas em 2006);
- ✧ Fórum Social das Comunidades de Rio Grande (Bairro Castelo Branco - Rio Grande em 2007);
- ✧ Fórum Social da Periferia (Loteamento Dunas - Pelotas e região centro e centro sul Rio Grande do Sul em 2008) realizando pela primeira vez e inaugurando a prática de vídeo conferência do Local com o Global, neste ano foi realizada entre Brasil (Loteamento Dunas) e Espanha (Barcelona);
- ✧ Fórum Social On Line da Periferia (Em 2009, diretamente de Belém do Pará para periferias do mundo, via conferências on line/web);
- ✧ Fórum Social Expandido da Periferia, (Em 2010 e 2011, Organizado pela UNIPERIFERIA), com diversas videoconferências e encontros presenciais daqui de Pelotas para o mundo, tratando da Rede



FIGURA 14 - FOTO DO FÓRUM SOCIAL DUNAS 2001 E LOGO MARCAS DOS FÓRUNS SOCIAIS DA PERIFERIA 2008, 2009 E 2010 ACERVO PROJETO CASA BRASIL

EMCOMUM (Rede Mundial de Comunidades Populares), que foi constituída no Fórum Social Expandido da Periferia em 2010, na perspectiva de conectar comunidades populares do mundo inteiro para troca de experiências e soluções de problemas comuns;

- ✧ Cabe ressaltar também a assinatura do Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico realizado em 2006 com a Universidade Federal de Pelotas (UNIPERIFERIA e UFPEL) e a execução do projeto do Governo Federal - Casa Brasil (Edital CNPq 2005 - execução 2006-2009/ONG AMIZ), renovado e agora com a execução a cargo da FAE/UFPeL e da UNIPERIFERIA, para ser desenvolvido em 2011-2012.

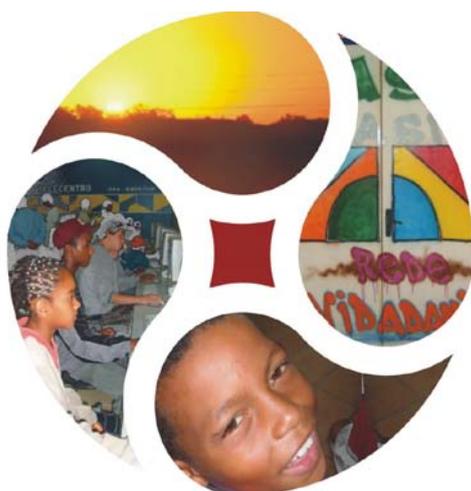


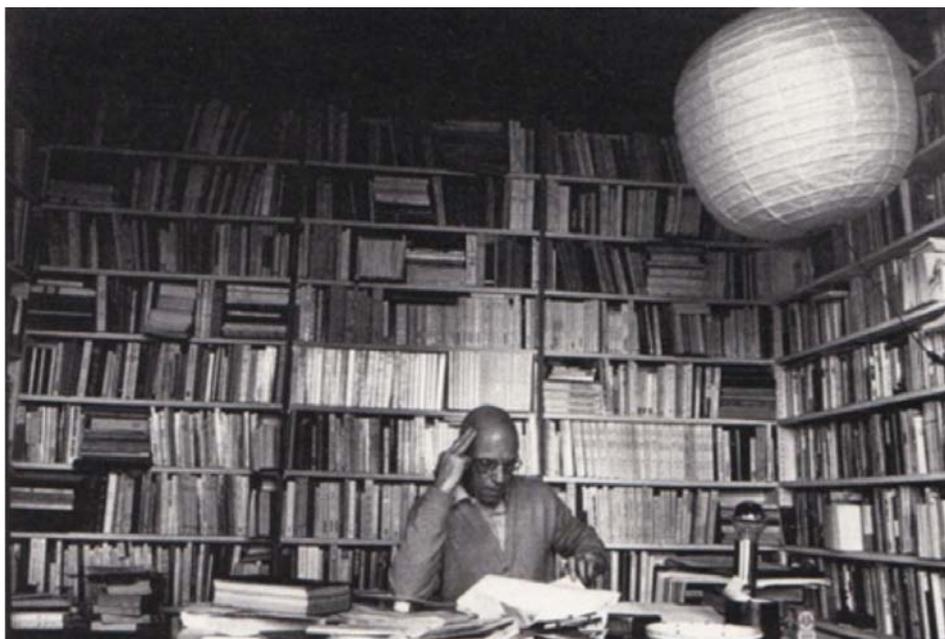
FIGURA 15 - FOTOS E LOGO MARCA DO PROJETO CASA BRASIL ACERVO PROJETO CASA BRASIL valorizando a auto-organização.

Neste contexto o Loteamento Dunas está inserido numa rede que busca garantir espaços educativos públicos e comunitários, presenciais e on line, dentro e fora das rotinas dos sistemas oficiais, inclusive com utilização dos mecanismos informacionais de comunicação a distância para potencializar os recursos culturais, econômicos e de lazer existentes nos espaços públicos, colocando-os a serviço do resgate ou da construção da dignidade das populações e cuidados com o ambiente,

Essas são condições fundamentais para dar suporte a ações transdisciplinares que se pautem pela perspectiva de assegurar um

desenvolvimento autônomo e sustentável das comunidades de periferia, a partir da participação e do empoderamento nas relações de poder, da geração de informação e comunicação, e da interconexão dos saberes de cada comunidade com saberes de outros lugares das suas próprias cidades, de outras Unidades da Federação e do Mundo, efeito direto e desdobramento das relações de poder quando da implementação do PRORENDA Urbano.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO



**FIGURA 16 - FOTO DE MICHEL FOUCAULT
RETIRADA DO BLOG [HTTP://MILTONRIBEIRO.OPSBLOG.ORG](http://MILTONRIBEIRO.OPSBLOG.ORG)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011**

2.1. Microfísica do Poder

Falar em poder na perspectiva de Foucault, o que este trabalho se propõe é fazer a análise de uma microfísica do poder, analisar o poder como relações de forças que geram o tempo todo mecanismos dispersos que atuam e produzem seus efeitos no universo micro do cotidiano da sociedade. Tal perspectiva serve como pistas para que se possa entender os mecanismos sutis das relações de poder a partir do nível micro dentro de um território específico, e como as estratégias e técnicas de poder se exercem nos menores espaços da vida individual e social.

Foucault pensa o poder como uma relação e não como algo possível de ser localizado e/ou situado em determinada instância, algo que está inserido numa Microfísica cotidiana, entendida como um espaço de contínua tensão, atravessado por saberes, práticas e instituições advindas de uma lógica relacional de poder que constrói os territórios dentro dos quais se

estabelecem os interesses, as necessidades e as exigências de um tempo - espaço.

O poder nesta perspectiva pode ser entendido como um agenciamento onde se cruzam práticas, instituições e saberes, no qual o objetivo do jogo de poder é a defesa dos interesses de diferentes grupos dentro da sociedade/comunidade. Os estudos foucaultianos sugerem a análise do poder a partir de uma racionalidade em relação a alguns indicadores de eficácia das práticas no jogo do poder e das suas "certezas" do resultado, além de sugerir que o poder atua como um sistema de diferenciações que permite o agir de uns sobre outros, e isso é a condição de emergência dos efeitos de poder. Por exemplo, podemos citar uma diferença jurídica de estatuto que tem como objetivo criar determinados privilégios de uns sobre outros, projetando um resultado esperado.

Outra característica fundamental é que verdade e poder são indissociáveis, não há verdade sem poder, cada tempo e espaço têm seu regime de verdade, entendida como efeito de poder que se dá pelo próprio exercício dele, graças a diversas práticas, saberes e instituições, que constituem discursos a partir de mecanismos que determinam o que é falso ou verdadeiro. A verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, e



FIGURA 17 - FOTO DE MICHEL FOUCAULT
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://WWW.GGB.ORG.BR](http://www.ggb.org.br)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade

de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político). A verdade é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, meios de comunicação). Enfim, é objeto de debate político e de confronto social.

Foucault sugere que por verdade se deve entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, e que esta produção está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e geram determinados efeitos de poder. O problema da análise das relações de poder para Foucault não é mudar a consciência das pessoas, mas a moldura

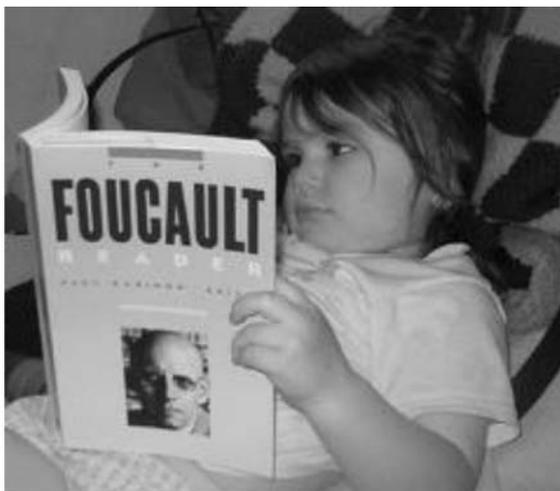


FIGURA 18 - FOTO MENINA LENDO MICHEL FOUCAULT. RETIRADA DO BLOG [HTTP://WWW.GGB.ORG.BR](http://www.ggb.org.br) ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

da produção da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder, tendo em vista que nesta perspectiva seria algo impossível ou contraditório, pois verdade é poder, mas "... desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento" (FOUCAULT, 1982).

2.2. Genealogia do Poder

Para falar em poder na perspectiva foucaultiana é necessário analisar sua genealogia do poder, não como algo que se possa agarrar facilmente, mas como exposições e indicações em que pouco importa um fim determinado/específico, mas é a tática para ir de encontro às

tradicionais análises da sociologia clássica, que partiram para a elaboração de seus modelos através de princípios epistemológicos segundo os quais o objeto dotado de realidade social não equivale a um objeto sociológico.

A genealogia do poder é uma crítica ao saber científico como verdade absoluta, crítica a paradigmas rígidos que se expressam por efeitos de poder, que proíbe que se recorra a métodos tidos como não científicos. A genealogia caracteriza-se, poderia se dizer, por uma eficácia de ofensivas dispersas e descontínuas de saberes locais e "desqualificados" frente a um saber científico e hegemônico. Dessa forma, é construída uma crítica aos sistemas globais de explicações sociais, econômicas, políticas.

Pensar a partir da genealogia do poder é colocar a crítica num caráter local sem deixar de levar em consideração as multiplicidades de relações gerais que interpenetram o empirismo, pois são possíveis e efetivamente existem formas de agir que não sejam puramente economicistas ou repressivas. A crítica com caráter essencialmente local que Foucault pretende autorizar diz respeito à produção teórica autônoma, de maneira que se possa partir de uma realidade local, até mesmo vivencial, sem que seja necessário respeitar qualquer discurso que a legitime, ou que pelo menos sirva como elemento para que se possa compreender as relações de poder e o sistema de "verdade científica" na qual estamos inseridos.

Outra característica importante da genealogia do poder foucaultiano é a insurgência do saber dominado, que se processa a partir da problematização dos saberes comuns com o saberes científicos. Mesmo com os conflitos da vida moderna, é possível insurgir-se às

sistematizações formais que mascaram um objetivo estratégico das relações de poder, que é perpetuar-se no exercício dele. A genealogia propõe discutir em nome de quem e do que o discurso científico permite-se e se impõe hegemonicamente, Quais são os mecanismos criados pelo próprio poder que servem para a implementação de uma sociologia da delinquência já na infância, moldando-se os corpos desde muito cedo?

Por saberes dominados diz Foucault, em primeiro lugar, que são os conteúdos históricos que foram sepultados no confronto das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas deixaram escondidas do historicismo, como se nunca houvesse acontecido o embate, o confronto de forças e interesses querendo impor-se. Nas relações de poder em determinado momento houve estratégias que se sobrepuseram a outras, sepultando as demais.

Esse jogo de verdade, muitas vezes como estratégia consciente,



FIGURA 19 - FOTO MICHEL FOUCAULT RETIRADA DO BLOG
[HTTP://WWW.GGB.ORG.BR](http://www.ggb.org.br)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

momento com as multiplicidades de saberes que são produzidos por pessoas comuns e fora dos sistemas científicos de produção da verdade.

Em segundo lugar, por saber dominado deve se entender os saberes que foram desqualificados como não componentes de um determinado

simplesmente
cala-se
frente à
crítica com o
deliberado
objetivo de
não se
embater a
cada

sistema, insuficientemente elaborados por não terem seguido uma ordem de discurso, ou por não fazerem parte de um saber científico, ou ainda simplesmente (mesmo dentro de um sistema) por serem hierarquicamente inferiores.

Diz Foucault que a moldura das relações de poder pode vir a ser modificada a partir do ativamento desses saberes inferiores e desqualificados (do doente, do louco e de todos marginais), um saber das pessoas, o que não quer dizer de forma alguma um saber comum ou um bom senso, mas uma episteme diferente, incapaz da unanimidade. A crítica para Foucault parte sempre de um ponto local, de uma microfísica da realidade para que então se possa problematizar os sistemas globais e o que está colocado ou construído cultural ou historicamente como verdadeiro e absoluto.



**FIGURA 20 - FOTO CAPA DO LIVRO
MICROFISICA DO PODER
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://WWW.LIVRARIACULTURA.COM.BR](http://www.livrariacultura.com.br)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011**

Nesses termos seriam possíveis intervenções nas relações microfísicas do poder, intervenções capazes de superar ou impor-se a um poder-saber que pretende perpetuar seu exercício. Não há fórmulas ou ideologias acabadas para serem executadas em nome de uma episteme científica, em nome de um

poder que se impõe de maneira totalitária numa relação, o que há é a possibilidade de criticar as instituições, as práticas e os discursos. A genealogia serve para desmascarar discursos dados como científicos, mas que de uma forma geral estão dentro de um jogo de interesses muitas vezes atrelados a um empirismo obtuso que acredita ou sugere que nada pode ser feito ou modificado.

A genealogia do poder é um projeto que tem como plano de ação colocar o saber singular das pessoas e dos locais em pé de guerra ou de igualdade com o conhecimento científico, dizendo a todos os ventos que esses saberes considerados desqualificados são saberes que necessitam ser ativados e insurgidos, proferindo verdades a partir de sua microfísica de poder, atacando o discurso científico, que continua se esforçando para manter os sistemas centralizadores e institucionais de poder, para legitimar seus discursos e continuar proferindo o sistema natural das coisas, a fim de controlar os caminhos que o indivíduo e o social devem seguir.

2.3. Biopolítica: formação do Estado, economia política, liberalismo e neoliberalismo.

Foucault, a fim de fortalecer seus estudos sobre as relações de poder na sociedade moderna, sentiu a necessidade de ingressar no campo da história contemporânea. No curso dado no Collège de France "O Nascimento da Biopolítica" (1978 - 1979) faz essa incursão e sugere que o que deveria ser estudado é a maneira como os problemas específicos da vida e da população foram colocadas no interior de uma tecnologia de governo, o que ele chama de Biopolítica. Sem querer dar conta de toda a complexidade

dessa questão, penso ser importante para esta Dissertação algumas considerações sintéticas sobre o tema.

Até o SEC XVI não existe uma racionalidade e uma arte de governar, nem sequer para o Estado enquanto entidade autônoma. Neste momento começavam a ser esboçadas as primeiras teorias sobre a formação do Estado. O Príncipe é o representante de Deus na terra e mantém relação com seus súditos como pai e pastor, ainda não há uma relação jurídica bem definida e sua principal função é proteger, reforçar e manter seu principado dos perigos internos



FIGURA 21 - CARICATURA ESTADO IDEAL
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://WWW.NCPAM.COM.BR](http://www.ncpam.com.br)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

e externos. O Estado somente começa a se desenvolver entre os séculos XVI e XVIII, a partir de uma Razão de Estado, onde a ordem divina não mais é o foco, mas sim o cálculo, o planejamento estratégico, o conhecimento, a estatística e o controle da população.

A formação do Estado, segundo Foucault (2008), se inicia a partir de uma arte de governar pautada numa razão de Estado, uma nova racionalidade de governo que tem no fortalecimento do Estado seu objeto, fortalecimento que se dá na medida em que ele pode enriquecer e acumular, ter o controle da população, estar em concorrência com as potências estrangeiras e organizar um aparato político, militar e diplomático.

Entretanto, essa razão de Estado não pode ser absoluta, pelo contrário, precisa ter autolimitações em suas relações externas e internas. Assim o Direito e as instituições judiciais são o princípio externo e limitador desse Estado que vem se formando.

Também não se poderia admitir, diz Foucault, uma razão de Estado que permitisse o abuso de poder na ordem econômica e na ordem da vida política, e muito menos violar direitos fundamentais, pois nesses termos a razão de Estado perde seus próprios direitos. Nessa formação o Estado nada mais é do que o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou transações incessantes que modificam e fazem deslizar as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, nada mais é que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas.

Outro elemento fundamental para a razão de Estado é o *mercado*, o que as tendências liberais chamam de lugar de jurisdição, o lugar da verdade onde a razão de Estado deve buscar sua essência e se alimentar. E justo neste ponto encontra seu maior problema: como inserir a economia na política no



FIGURA 22 - FRAME DO DOCUMENTÁRIO
A HISTÓRIA DAS COISAS
RETIRADA DO BLOG [HTTP://VIDAIN SOLITA.WORDPRESS.COM](http://vidainsolita.wordpress.com)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

campo das relações de poder, de maneira que uma economia política possa passar a gerir adequadamente a população, os bens, as riquezas, a família e o próprio Estado.

Na razão governamental crítica, segundo Foucault, o problema não é mais uma questão de se delimitar pelo Direito a legitimidade de manter sua ação de governo (como ainda era o caso do século XVI e XVII), o problema *vai girar em torno de como não governar demais*. A racionalidade da prática governamental nesta perspectiva é dada pelo esforço em delimitar o que seria excessivo para o governo, e para isso é necessário uma Economia Política, um saber de governo, um regime de verdade que paute as práticas governamentais para que não governassem demais, e, além disso, assegure mecanismos de autolimitação das práticas desse próprio governo: uma Política Econômica.

A expressão economia política surge entre 1750 e 1820, com diferentes significados: 1) análise estrita da produção e circulação das riquezas; 2) método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação; 3) espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade.

O entendimento geral sobre economia política é que a análise da

produção e
da
circulação
da riqueza
assegura a
prosperida
de de uma
nação. Mas
é preciso



FIGURA 23 - CARICATURA SOBRE ECONOMIA POLÍTICA
RETIRADA DO BLOG [HTTP://DINAMIZARPORTUGAL.BLOGSPOT.COM](http://dinamizarportugal.blogspot.com)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

destacar
pelo menos uma de suas principais funções: *autolimitar as práticas de*

reflexão crítica e contínua sobre sua própria prática e sobre os resultados alcançados com seus objetivos e metas.

O Liberalismo está pautado na perspectiva da formação do valor e da circulação das riquezas, articulando-se de maneira que sempre possa encontrar uma fórmula ou um esquema para que a prática econômica dos indivíduos escape da hegemonia do Estado. O Liberalismo, segundo Foucault, possui dois aspectos principais:

1 - O mercado é o mecanismo das trocas e lugar de verificação da relação valor/preço.

2 - O poder público e as medidas das práticas governamentais são dados pelo princípio da utilidade das intervenções.

O filósofo segue afirmando que o liberalismo começa e se destaca e a se desenvolver a partir do SEC XVIII, apoiando-se numa razão



FIGURA 25 - IMAGEM NEOLIBERALISMO BRASIL ESCOLA RETIRADA DO BLOG [HTTP://WWW.BRASILOLA.COM](http://www.brasilecola.com) ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

governamental, não mais como a razão ilimitada da época da fundação dos Estados modernos, mas como uma razão de Estado que organiza e manipula interesses diversos e complexos, e que regula a própria medida da intervenção necessária nas suas práticas governamentais para de

maneira alguma atrapalhar as leis do mercado. Pelo contrário, o Estado precisa constantemente investir na formação de novos mercados regionais, nacionais e internacionais, perseguindo incessantemente o progresso econômico ilimitado.

A palavra liberalismo, como diz Foucault, é uma *prática* que não se contenta em respeitar liberdades, liberalismo é sinônimo de consumismo de liberdade, liberdade do mercado, liberdade do vendedor e comprador, exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão. Essa busca de liberdade, entretanto não significa que você e eu sejamos livres, mas que será produzido o necessário para que você e eu tenhamos a liberdade de sermos livres¹³. O liberalismo não é o que aceita a liberdade, mas é antes aquele que a produz, aquele que faz o cálculo do custo dessa produção de liberdade que, por conseguinte: é a segurança. Então, liberdade e segurança são elementos fundamentais na formação da sociedade moderna e componentes indissociáveis na arte de governar liberal¹⁴.

O deslocamento do liberalismo para o neoliberalismo na formação do Estado moderno começa a partir da crítica que surge mais recentemente na nossa história, crítica feita em relação ao intervencionismo do Estado, quer com políticas

como o
socialismo,
como o
Estado de
Bem Estar
Social ou
como o New
Deal
americano do



FIGURA 26 - IMAGEM CONCORRÊNCIA NEOLIBERAL
RETIRADA DO BLOG [HTTP://SOCIOLOGIALIMITE.BLOGSPOT.COM](http://sociologialimite.blogspot.com)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

pós-guerra. Nessa perspectiva houve diversos teóricos descrevendo esse processo, mas comungavam num aspecto: fazer a crítica tanto à direita

13 Em termos de mercado livre, isso corresponderia a dizer que eu estou livre para escolher entre a marca A, B ou C, e essa é minha liberdade.

14 Segundo Foucault (2008): O lema do Liberalismo é viver perigosamente.

quanto à esquerda sobre o excesso de estadismo, ou seja, contra o crescimento exagerado do Estado e de sua Burocracia.

Segundo os estudos de Foucault, o programa Neoliberal de nossa época se apresenta principalmente a partir de duas ancoragens críticas, a alemã e a americana:

1 - República de Weimar¹⁵: a crise de 1929; o desenvolvimento do nazismo e a reconstrução do pós-guerra.

2 - A política do New Deal¹⁶; as críticas à política de Rossevelt e as políticas intervencionistas dos governos democratas.

O problema colocado então por essas vertentes não estava entre socialismo e capitalismo, mas qualquer forma de intervenção econômica por conta do Estado.

Para o Neoliberalismo não há espaço para nenhum intervencionismo econômico, quer nos Estados socialistas quer nos Estados capitalistas. O seu problema era como construir um Estado forte a partir do mercado. As respostas, segundo Foucault, vieram com práticas de investimentos

¹⁵ A República de Weimar foi instaurada na Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial, tendo como sistema de governo o modelo parlamentarista democrático. As circunstâncias em que foi criada a República de Weimar foram muito especiais. Prestes a perder a Primeira Guerra Mundial, a liderança militar alemã, altamente autocrática e conservadora, atirou o poder para as mãos dos democratas, em particular o SPD, Partido Social-Democrata, que acabou por ter de negociar a paz (ou seja, a derrota na Guerra). Face a essa situação política, que alguns compararam a um presente envenenado à democracia, acabou por lançar os fundamentos que permitiram mais tarde a Adolf Hitler posicionar-se como o arauto de um regresso ao passado imperial e antidemocrático da Alemanha e implantar o nazismo (Slides de Aula de Paulo Eduardo Grischke, Disciplina Leitura Dirigida, Professora Maria Manoela FAE/UFPel – 2009-01, apresentando aula de 31 de janeiro de 1979 sobre o Nascimento da Biopolítica).

¹⁶ O New Deal (cuja tradução literal em português seria "novo acordo" ou "novo trato") foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana e assistir aos prejudicados pela Grande Depressão. Ações do novo trato/acordo: controle sobre bancos e instituições financeiras; construção de obras de infra-estrutura para a geração de empregos e aumento do mercado consumidor; concessão de subsídios e crédito agrícola a pequenos produtores familiares; criação de Previdência Social, que estipulou um salário mínimo, além de garantias a idosos, desempregados e inválidos; controle da corrupção no governo; incentivo à criação de sindicatos para aumentar o poder de negociação dos trabalhadores e facilitar a defesa dos novos direitos instituídos (idem).

financeiros no fortalecimento do mercado como estratégia para a construção de um Estado legítimo e forte, assim, as práticas de governamentalidade começam a acompanhar e fortalecer a economia de mercado, baseada na concorrência e no livre mercado.

O papel dessa razão de Estado neoliberal não é mais vigiar o mercado, nos moldes do liberalismo, nem garantir a livre formação dos preços ou a equidade das trocas, mas estimular a concorrência e vigiar o Estado. Ao invés de uma economia estatal (projeto liberal), a liberdade de mercado. O neoliberalismo de hoje não é um ressurgimento de velhas formas de economia liberal; o que está em jogo, quer na forma alemã, quer na forma americana, não é deixar a economia livre e sim saber até onde se poderão *estender os poderes de informação política e de utilidade social na economia de mercado.*



FIGURA 27 - IMAGEM DESIGUALDADE SOCIAL
RETIRADA DO BLOG [HTTP://WWW.COLADAWEB.COM](http://www.coladaweb.com)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

Os deslocamentos mais visíveis dessas práticas, segundo Foucault, se percebem na mudança que acontece nas relações das trocas livres entre parceiros (liberalismo), para a

concorrência da economia de mercado (neoliberalismo). O objetivo neoliberal encontra sua medida na informação política e na utilidade social.

A importante distinção que Foucault coloca entre neoliberalismo e liberalismo, é que no primeiro é preciso governar para o mercado ao invés de governar por causa do mercado, como no liberalismo.

Por fim cabe ressaltar a perspectiva da política social neoliberal que em linhas gerais é uma política de contrapeso a processos econômicos que levam a desigualdades e de certo modo a efeitos destruidores da sociedade. Foucault salienta também que a política social é a socialização de certos bens de consumo, bens entendidos como uma política de recompensa ativa e generosa aos "maus", aos que não souberam concorrer numa economia da livre iniciativa.

Na política econômica neoliberal é normal que pessoas trabalhem e outras não, em termos gerais, a fórmula é: *nada de igualdade*. Então será necessário tirar um pouquinho dos grandes rendimentos, aquilo que seria parte do sobre consumo, e transferir essa pequena parte ao subconsumo necessário da população. A política social não é de forma alguma a socialização do consumo e da renda, mas se trata simplesmente de assegurar não a manutenção de um poder aquisitivo, mas de um mínimo vital para assegurar a própria existência.

O que a economia política tem que fazer, em termos de política social, é criar as condições de se ter rendimentos suficientes para que, a título individual, possa se garantir por si mesmo contra os riscos de "viver perigosamente". Trata-se de uma individualização da política social em que cada indivíduo pode encontrar seu espaço econômico, dentro do qual pode assumir e enfrentar os riscos do estar em sociedade.

Então pode se concluir que Biopolítica é a ferramenta tecnológica que tem o foco na análise da população, na produção e na circulação da riqueza como princípio da prosperidade de uma nação. A questão Biopolítica é mais a

governamentalidade do social do que a justificação da ação do Estado. Nessa perspectiva, a sociedade civil transforma-se num conceito transacional, um código móvel no jogo entre governo e governados, um campo de ação de governamentalidade que opera a partir das divergências entre economia e sociedade, na construção de uma política econômica de controle da população que garanta a existência e o funcionamento de um mercado livre.

2.4. Terceiro Setor

Para finalizar este capítulo faço algumas considerações sobre o Terceiro Setor, tendo em vista que este trabalho focou seu estudo na



FIGURA 28 - IMAGEM TERCEIRO SETOR
RETIRADA DO BLOG [HTTP://UNIRP.BLOGSPOT.COM](http://UNIRP.BLOGSPOT.COM)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

investigação das práticas e saberes presentes nas relações de poder que constituíram o Comitê de Desenvolvimento do Dunas, uma

organização não governamental pertencente ao campo do terceiro setor e atuante no movimento espaço público sem fins econômicos da sociedade contemporânea. Isso considerando a perspectiva de que o primeiro setor é o público (Estado) e trata dos assuntos públicos - de todos, e o segundo setor é o privado (Mercado) e trata de assuntos privados. Grosso modo o terceiro setor de uma forma geral é o espaço não governamental e sem fins econômicos¹⁷ das relações de poder que constituem a sociedade hoje.

17 Sem fins econômicos significa que no balanço fiscal anual da instituição, se houver sobras, essas não podem ser divididas entre os associados, precisam ser reinvestidas nos objetivos e metas da instituição.

Após a Segunda Guerra Mundial a expressão ONG - Organização Não-Governamental - é criada como campo do terceiro setor. O termo inicialmente estava associado à Organização das Nações Unidas e se referia a um universo de instituições que não representavam governos, mas tinham presença significativa em várias partes do mundo, tais como Organização Internacional do Trabalho, Cruz Vermelha e UNESCO, entre outras.

Na América Latina as ONGs tiveram outros processos de desenvolvimento, no Chile e no Brasil encontraram seu campo de atuação a partir da resistência aos regimes políticos militares vigentes nos anos 1970 e parte dos anos 1980. Nesse período surgem ONGs de luta contra o regime político e de luta por direitos e condições mínimas de sobrevivência cotidiana, no que diz respeito às necessidades básicas.



FIGURA 29 - IMAGEM EXPANSÃO DAS ONGS
RETIRADA DO BLOG

[HTTP://SOUCHOCOLATEENAODESISTO.BLOGSPOT.COM](http://souchocolateenaodesisto.blogspot.com) gestão criaram a necessidade de garantir recursos próprios e lutar pelo acesso aos fundos públicos. As ONGs passaram a buscar auto-suficiência financeira e tiveram na economia informal uma das principais áreas de desenvolvimento. Com isso as atividades de militância política, via pressões sociais, passaram para segundo plano e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia a dia das ONGs (PEREIRA, 2006).

Nos anos 1990, o cenário das ONGs latino-americanas se altera profundamente. A mudança das formas de financiamento, a escassez de recursos e a mudança interna nos seus critérios de

A definição de instituições de terceiro setor considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) se pauta a partir de sua estrutura/personalidade jurídica: ser ou não ser governo, ter ou não ter fins econômicos. Nesta perspectiva uma instituição de terceiro setor é uma organização não-governamental constituída por qualquer grupo de pessoas (que não faz parte do governo) em nível local, nacional ou internacional, e que desenvolve um trabalho sem fins lucrativos.

A expressão *ONG* também foi cunhada pela ONU no final da década de 1940 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade. As ONGs possuem atualmente um campo de atuação no qual, ao longo da última década, sua proliferação e papel aumentou consideravelmente.

As ONGs brasileiras começam a surgir a partir da década de 1960 e a se proliferar na década de 1980, caracterizavam-se no início por uma existência quase clandestina, ligada aos movimentos sociais de base, às igrejas e aos movimentos sindicais populares. Elas são microorganismos do processo democrático e são referências de inovação e criação de novos processos. Elas não têm a



FIGURA 30 - IMAGEM ONG BRASIL
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://WWW.ARTE SOL.ORG.BR](http://www.artesol.org.br)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

proposta de substituir o papel do Estado, não visam à acumulação de capital através de lucro e, muito menos, pretendem substituir os agentes sociais da realidade (Material Complementar GTZ - Módulo IV - ONGS, 2000).

Na perspectiva do PRORENDA Urbano que será tratado no próximo Capítulo desta Dissertação, pensar a sociedade e suas relações de poder como um todo sem pensar a atuação das ONGs não é um pensar e fazer coerente com as relações de poder da sociedade hoje. A parceria com as ONGs tem sido a melhor alternativa encontrada para a gestão dos temas do desenvolvimento social e econômico da sociedade como um todo.

A concepção dada pelo PRORENDA Urbano para o tema do terceiro setor é que as ONGs são

Organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (cotidiano) ou macro (global)" (Material Complementar GTZ - Módulo IV - ONGS, 2000).

Há vasto material sobre o terceiro setor e ONGs, mas de uma forma geral, ainda que pesem as diferentes compreensões sobre o tema, se apóiam no dualismo Estado (público - primeiro setor) e Mercado (privado - segundo setor) como referência para a compreensão do terceiro setor, este

entendido como o campo de atuação ainda movediço entre o público e o privado. Aqui destaco alguns entendimentos:

Jeremy Rifkin

(1994), no seu livro "O Fim dos Empregos", afirma: o

Terceiro Setor, também

conhecido como setor

independente ou

voluntário, é o domínio no

qual padrões de

referência dão lugar a

relações comunitárias, em

que doar do próprio tempo a outros toma o lugar de relações de mercado baseadas em vender-se a si mesmo ou seus serviços a outros. Relaciona o Terceiro Setor a qualquer atividade comunitária voluntária.



FIGURA 31 - ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS
RETIRADA DO BLOG

[HTTP://WWW.PORTALODM.COM.BR](http://www.portalomdm.com.br)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

Rubem César Fernandes (1994), em seu livro "Privado, porém Público - O Terceiro Setor na América Latina" entende que o terceiro setor deve buscar interações positivas com o Estado e, para isso, deve buscar a independência em relação a este quanto ao financiamento de suas atividades. Além disso, para ele, na América Latina o conceito de terceiro setor está muito ligado a uma dupla negação: não-lucrativo e não-governamental.

Na perspectiva crítica o terceiro setor é produto - efeito dos Movimentos Populares, através principalmente da Educação Popular e da Educação Comunitária, constituindo instituições que atuam no campo da cultura política e dos valores de uma sociedade. Nesta orientação as ONGs constituem-se sem o perfil da caridade ou da filantropia, mas com

princípios, métodos, objetivos e focos de atuação bastante diversos, tendo como eixo articulador a autonomia e o empoderamento social.

Para este trabalho sociedade é o conjunto constituído pelos saberes, práticas e instituições que determinam o cotidiano em que vivemos a partir do interesse de determinados grupos que operam o status quo. Isso significa que as relações de poder que determinam essa sociedade operam tanto pelo público como pelo privado, e no privado se difere pelo fato de ter ou não fins econômicos. Assim, mais importante que analisar as concepções,



FIGURA 32 - REUNIÃO PREPARATÓRIA FÓRUM SOCIAL DUNAS 2006
UM OUTRO MUNDO É AQUI.
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

idéias e as separações dos setores da sociedade (primeiro - segundo - terceiro), é analisar as táticas e as estratégias do jogo de

poder que envolve governo e governados como um todo, e determinam o cotidiano em que vivemos.

Entretanto é importante ressaltar que recentemente as ONGS que constituem o terceiro setor passaram a ser entendidas e mensuradas também como um setor específico da economia, revelando sua importância e interesse tanto social quanto econômica. E que estas instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que realizam atividades de caráter público são uma realidade, e cada vez mais vêm se consolidando e assumindo espaço na sociedade.

3. O PRORENDA URBANO



**FIGURA 33 - LOGOTIPO DA GTZ
E PRORENDA URBANO
PRINT SCREEN MATERIAL DE APOIO GTZ**

3.1. A Cooperação Técnica Brasil e Alemanha

A cooperação técnica entre Brasil e Alemanha para o Desenvolvimento teve como objetivo contribuir para melhorar as condições econômicas e sociais da população¹⁸. Cabe destacar a GTZ - "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit" -, conhecida no Brasil como

¹⁸ Esse processo começa a partir de 1990 envolvendo o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por parte do Governo Brasileiro e o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), por parte do Governo da República Federal da Alemanha. O Marco de Orientação do PRORENDA Urbano ficou denominado Programa de Viabilização de Espaços Funcionais Integrados para Populações de Baixa Renda (Manual de Apoio - Módulo I - A Cooperação Internacional, 2000).

Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, uma empresa sem fins lucrativos (ONG) emparceirada com o governo alemão e atuando por encargo do Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). No campo da Cooperação Técnica, a GTZ foi encarregada de apoiar o planejamento, a implementação e o monitoramento de projetos nas seguintes áreas:

- ✦ Combate à pobreza e apoio à autogestão (PRORENDA)
- ✦ Aumento da competitividade e produtividade da pequena e média empresa brasileira;
- ✦ Programa piloto para a proteção das florestas tropicais no Brasil e proteção ao meio ambiente e recursos naturais renováveis.

O projeto de cooperação técnica por parte do governo alemão desenvolveu a transferência de know-how, sob as formas de envio de peritos de longo ou curto prazo, treinamento de técnicos nacionais, no

Brasil ou no exterior, além de fornecer equipamentos necessários à execução dos projetos e à adaptação de novas tecnologias, bem como a realização de seminários e fornecimento de material didático. O Brasil como parceiro colocou à disposição recursos humanos, espaço físico e

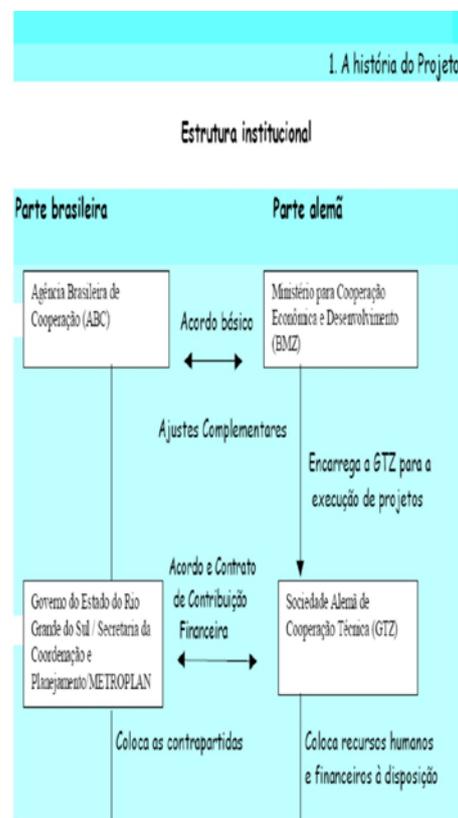


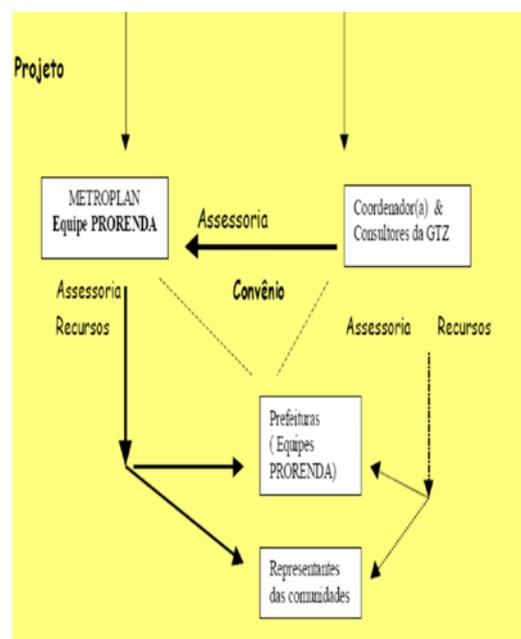
FIGURA 34 - COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL E ALEMANHA
PRINT SCREEN MATERIAL DE APOIO GTZ

infraestrutura de escritórios, bem como, em muitos casos, recursos financeiros para investimentos (contrapartida).

Em casos específicos, o lado alemão também fez uma contribuição financeira, como foi no caso do Loteamento Dunas, onde houve um investimento para realização de obras físicas e projetos comunitários no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para o Loteamento Dunas. As outras duas partes no mesmo valor ficaram a cargo do Governo do Estado do RS e da Prefeitura Municipal de Pelotas, perfazendo um total de R\$ 240 000,00 (duzentos e quarenta mil reais) de investimentos nos cinco anos do PRORENDA URBANO em Pelotas - Loteamento Dunas. Esses investimentos foram decididos em processo de gestão participativa com a comunidade local, a partir de diversos mecanismos de poder que ainda neste capítulo serão analisados.

3.2. O PRORENDA Urbano.

O Projeto PRORENDA Urbano foi um Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo da Alemanha e do Brasil¹⁹, operacionalizado no Rio Grande do Sul pelo Governo do Estado através da METROPLAN (Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional)²⁰. A execução do projeto coube à equipe PRORENDA da



1 Novembro 2000

página 2 de 9

FIGURA 35 - O PROJETO PRORENDA URBANO
PRINT SCREEN MATERIAL DE APOIO GTZ

19 Houve outros estados brasileiros envolvidos nessa cooperação técnica, em especial no norte do país. Saiba mais acessando <http://www.gtz.de/en/aktuell/625.htm>, acessado em agosto de 2010.

20 Instituição criada através do Decreto Estadual n.º 23.856, de 08 de maio de 1975, vinculada à Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

METROPLAN, que era composta por técnicos de diversas áreas. Pela parte alemã, sempre houve um coordenador responsável pela administração, além de peritos contratados pela GTZ.

O Programa PRORENDA Urbano nessa relação de cooperação internacional foi uma espécie de guarda-chuva para as diferentes tipologias de projetos, definidos a partir das características homogêneas que configuraram os públicos - beneficiários, tendo como aspectos gerais contribuir para o alcance do objetivo do Programa, qual seja: "Melhoria sustentável das condições de vida da população de baixa renda por meio do fortalecimento do exercício da cidadania, da adequação dos serviços públicos à demanda dos usuários de baixa renda e da criação de oportunidades para atividades produtivas" (Material de Apoio - Módulo I - O Programa PRORENDA Urbano, 2000).

O Projeto PRORENDA Urbano do Rio Grande do Sul foi um processo relativamente longo de interação entre lideranças comunitárias e técnicos do setor público. A

proposta metodológica e a estrutura institucional criadas de fato foram um produto da parceria entre técnicos e comunidades. Depois da construção metodológica, durante a fase piloto em Porto Alegre (1992-1996), passou-se à fase de expansão para



**FIGURA 36 - REUNIÃO PRORENDA URBANO
ACERVO PROJETO CASA BRASIL**

novos municípios do Estado do Rio Grande do Sul (1996-1999), caracterizando uma nova fase piloto devido ao papel de órgãos executores

que os municípios assumiram. A multiplicação da metodologia que ocorreu nesta etapa necessitou de uma grande dedicação em assessoramento, não só aos técnicos municipais, como também e principalmente das lideranças comunitárias, dispersas em muitos novos pontos geográficos de aplicação da metodologia.

Na fase de consolidação do Projeto, depois de criados os instrumentos que movimentaram o processo de planejamento participativo, foi identificada a necessidade de investimentos nas seguintes áreas (Manual de Apoio - Introdução ao Projeto, 2000):

1. Capacitação das comunidades na gestão de seus projetos sociais para diminuir a dependência em relação às iniciativas de gestão e de recursos financeiros do lado do governo;



FIGURA 37 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DO CDD
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

2. Orientação sobre a importância de assegurarem meios de consultoria técnica permanente após o encerramento da cooperação inicial do governo estadual e municipal, através de termos de parceria subsequentes ou da indicação de alternativas para a contratação de consultoria técnica própria;

3. Criação de condições materiais para a autogestão desde o início da cooperação, instalando espaços ou escritórios próprios para a administração do desenvolvimento dos bairros;

4. Elaboração efetiva de planos de desenvolvimento local sustentável como documentos reais da visão de futuro por parte das prefeituras e das entidades comunitárias;

O sentido dessas orientações é fazer com que as comunidades assumam de fato a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento. Elas precisam ser os protagonistas das suas melhorias de condições de vida.

No âmbito do Rio Grande do Sul o Projeto estabeleceu cooperação informal com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para atuar em cinco áreas de sub-habitação. Em setembro de 1992 um protocolo de intenções de cooperação técnica entre METROPLAN e Prefeitura embasou o trabalho conjunto de concepção e operacionalização do Projeto. O objetivo era o fortalecimento da capacidade de autogestão das associações de moradores e de outros grupos comunitários, bem como a consequente utilização de processos participativos de planejamento urbano com as comunidades locais e órgãos municipais.

A partir de 1996, 1997 e 1998 o Projeto iniciou a cooperação simultaneamente com Caxias do Sul e Pelotas (1996), as duas cidades mais importantes e populosas depois de Porto Alegre, e logo depois com aos municípios de Alvorada e Viamão (1997) e por fim com a Prefeitura Municipal de Rio Pardo (1998).

3.3- O PRORENDA Urbano / Pelotas / Loteamento Dunas

O PRORENDA Urbano em Pelotas no Loteamento Dunas fomentou a constituição de elementos para o fortalecimento da organização comunitária, trabalhando o conceito de que a comunidade precisa participar do processo decisório do seu desenvolvimento local de maneira a estar atenta às relações de poder que determinam o seu cotidiano. Como mecanismo de poder fundamental foi constituído um comitê de

desenvolvimento local como instituição representativa daquela comunidade, o CDD. Outros importantes mecanismos também foram sendo constituídos e inseridos nas relações de poder a partir da implementação do PRORENDA Urbano, mecanismos como o Colegiado do PRORENDA local, órgão municipal máximo e responsável pelas tomadas de decisões locais, e o Fundo Comunitário para o Loteamento Dunas, que além do investimento em pequenos projetos serviu como forma de exercício da organização e participação da comunidade na tomada de decisões. Também foi pensado, embora na prática não tenha sido implementado, um Fórum PRORENDA Municipal, que seria a conexão entre os comitês de desenvolvimento locais em âmbito Estadual²¹.

As parcerias institucionais logo no início do PRORENDA Pelotas - Dunas foram a Prefeitura Municipal de Pelotas via Secretaria de Governo e DEPLAG (Departamento de Planejamento e Gestão), a Universidade Federal de Pelotas (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), a Universidade Católica de Pelotas, a UPACAB (União Pelotense das Associações Comunitárias dos Bairros), e localmente a associação de moradores do Dunas, os Clubes esportivos, a igreja católica, a igreja evangélica, os centros religiosos afro-brasileiros, a UBS (unidade básica de saúde), as entidades culturais e os moradores e as moradoras do



FIGURA 38 - LOGO MARCA DO PROJETO AMIZADE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UFPEL
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

21 O Fórum PRORENDA Estadual realizou vários encontros estaduais durante a implementação do programa.

Loteamento. As pessoas e instituições locais também compuseram o Comitê de Desenvolvimento do Dunas, que começou a ser discutido em junho de 1996, mas só foi formalizado um ano depois, conforme o Livro de Atas do CDD, termo de abertura Folha 01, 1997. A idéia era que a partir de uma única instituição (o CDD) a comunidade local pudesse atuar em conjunto, pelo menos no que diz respeito aos seus problemas de desenvolvimento, para além das especificidades e singularidades de cada instituição.

Somaram-se nesse processo a INTECOOP (Incubadora tecnológica de cooperativas), definindo a participação efetiva da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a Faculdade de Educação Física da UFPel via Projeto Amizade,



**unidade de formação e capacitação
humana e profissional**

FIGURA 39 - LOGO MARCA DA ONG AMIZ
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Autogestão) e no ano de 2001 a ONG AMIZ (Unidade de Formação e capacitação Humana e Profissional)²². Na nova orientação que vinha se formatando naquele processo (2000), foi criado o PDD (Programa de Desenvolvimento do Dunas),

22 A AMIZ é uma organização não governamental sediada em Pelotas - RS, existente desde junho de 2001. Todos os seus fundadores e fundadoras foram, em algum momento, participantes do Projeto Amizade, existente desde 1995, com o qual sempre manteve parceria até 2005, quando o projeto terminou. O Projeto Amizade trabalhava com menores em situação de risco nas ruas de Pelotas. Em 1997, com a ampliação do projeto que passa a ser interdisciplinar envolvendo diversas unidades da UFPel, em especial a Faculdade de Direito e a Faculdade de Educação, a compreensão de que os menores em situação de rua não era uma causa em si, mas uma consequência da fragilidade nas relações de desenvolvimento na periferia de Pelotas, pensou-se em ir àquele território tentar entender as relações de poder que determinavam aquela moldura. Como na época (final de 1997) quase 80% dos adolescentes em situação de rua de Pelotas era oriunda do Loteamento Dunas, o projeto expandiu sua atuação para aquele local, de maneira que a UFPel acabou redefinindo sua atuação no Dunas a partir desse projeto. Muitos dos participantes do projeto Amizade, em especial oriundos do Direito, Educação e Educação Física, constituíram a AMIZ em 2001.

com a intenção de unificar as diversas ações desenvolvidas no Loteamento Dunas e definir os respectivos papéis locais nas relações de poder.

O PDD trabalhou na perspectiva de integrar ações locais financiadas pelo fundo comunitário ou nas ofertas de oficinas e projetos desenvolvidos por parceiros externos. Também foi intensificado um processo de capacitação em gestão no ano de 2001, mesmo ano em que as obras físicas do Centro Comunitário e da Incubadora de Pequenos Empreendimentos estavam previstas para serem concluídas e repassadas para a gestão do CDD, em função da previsão de término do PRORENDA Urbano em Pelotas²³.

3.4. Comitê de Desenvolvimento do Dunas

A constituição do CDD foi um dos primeiros mecanismos onde as relações de poder se estabeleceram fortemente a partir do PRORENDA logo em seu início, uma instituição com personalidade jurídica própria, representativa dos moradores e moradoras e das diversas instituições comunitárias locais, órgão de articulação, deliberação e execução das atividades, projetos, programas e ações comunitárias. Estatutariamente o CDD foi amplamente representativo da comunidade, conectando localmente o público e o privado.

A representatividade do CDD ficou assim (Estatuto do CDD, 1997):

23 Como processo de participação comunitária nas decisões, com os recursos disponíveis (R\$ 240.000,00) a comunidade escolheria obras de grande impacto de ambiência urbana. A comunidade do Loteamento Dunas, em função de que os clubes esportivos e o futebol eram a maior expressão do lazer e esporte no bairro, escolheu construir um campo de futebol de sete, com arquibancadas e lojas ao seu redor. Cabe salientar que em todas as outras experiências de comitês de desenvolvimento, as escolhas foram de infraestrutura urbana (asfalto, saneamento etc.), o que fez com que o único comitê atuante ainda hoje fosse o CDD, pois os demais comitês se dissolveram após a conclusão das obras, no final de 2001. Entretanto o CDD, por ter escolhido uma estrutura física de lazer para o comitê, e por gerar renda para si e para a comunidade, permanece atuante até hoje, ainda que em termos de representatividade esteja num momento fraco.

- ▲ Três (03) representantes da Associação dos Moradores do Loteamento Dunas;
- ▲ Três (03) representantes do Posto de Saúde do Loteamento Dunas;
- ▲ Três (03) representantes dos Clubes Esportivos do Loteamento Dunas;
- ▲ Dois (02) representantes das Entidades Culturais do Loteamento Dunas;
- ▲ Um (01) representante da Igreja Católica do Loteamento Dunas;
- ▲ Um (01) representante da Igreja Evangélica do Loteamento Dunas;
- ▲ Um (01) representante do Centro de Umbanda do Loteamento Dunas;
- ▲ Cinco (05) representantes Moradores do Loteamento Dunas.

A gestão do CDD ficou definida por um Conselho formado pelas



FIGURA 40 - REUNIÃO NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DUNAS REPRESENTANTES DA GTZ E COMUNIDADE DO LOTEAMENTO DUNAS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

instituições e pessoas acima referidas, e entre elas é escolhida uma diretoria formada por uma Presidência, uma Secretaria e uma Tesouraria (um membro para cada

cargo) ²⁴. As reuniões aconteciam inicialmente dentro da associação de moradores, e dentre as funções principais, o CDD organizou a comunidade local para participar das metodologias de Planejamento do PRORENDA (DRUP²⁵ e PDLI²⁶), além de organizar a Constituição do Colegiado e Fundo Comunitário (Livro de Atas, 1997, 1998, 1999).

A idéia do PRORENDA na constituição de comitês era de que a organização de diversas iniciativas comunitárias públicas e privadas numa federação maior e representativa, com estatuto próprio e vinculação legal, significaria um

considerável

fortalecimento das

estruturas existentes e,

assim, da capacidade de

autogestão dos

moradores e moradoras.

Através do Comitê de

Desenvolvimento as

entidades organizadas e



FIGURA 41 - REUNIÃO DE PLANEJAMENTO NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DUNAS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

- 24 Em assembléia específica para representantes e entre eles escolhe após elege uma presidência, uma tesouraria e uma secretaria.
- 25 O Diagnóstico Rápido Urbano Participativo – DRUP - envolve uma abordagem onde os facilitadores do desenvolvimento aprendem e trocam experiências com a comunidade, acompanhando, escutando e dialogando na identificação de problemas, potencialidades e soluções viáveis. Assim, identificadas as principais características e problemas prioritários que afetam a população, é dado o encaminhamento de soluções possíveis, em co-gestão entre poder público e comunidade. O DRUP é uma metodologia de levantamento e produção de informações de forma rápida e de custo inferior, comparativamente a outras metodologias. A técnica busca captar de várias maneiras e do ponto de vista dos diferentes grupos da população, a realidade e suas reais necessidades, podendo ser usadas em planos e projetos de desenvolvimento (Material de Apoio – Módulo 3 - Diagnóstico Rápido Urbano Participativo, 2000).
- 26 Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), é o principal produto do processo de planejamento participativo entre a prefeitura e as comunidades. Ele é composto de um Plano Urbanístico (PU) e do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e serve como orientação de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento de uma vila, um bairro ou um Município (Material de Apoio – Módulo 3 - PDLI, 2000).

estruturadas poderiam expressar seus interesses mais objetivamente, a fim de serem levados mais "a sério" pelas autoridades administrativas, segundo a perspectiva do Prorenda (Material de Apoio - Módulo IV - O Comitê de Desenvolvimento).

Sua forma democrática e de representatividade significaria que o CDD também representasse a própria associação de moradores e todos outros grupos organizados existentes, quer públicos, como o caso da unidade básica de saúde que possui três representantes, quer privados, como os clubes esportivos locais. Todos deveriam contribuir para o entendimento e a aceitação dos princípios do PRORENDA, via organização comunitária e representatividade via CDD.

3.5 - Colegiado PRORENDA Urbano

Outro componente desse processo foi a constituição do Colegiado PRORENDA Urbano, que em âmbito municipal era o órgão máximo do Projeto, com função deliberativa e com sessões do colegiado públicas, devendo comparecer a elas todos os membros representantes que o integram, e\ou os respectivos suplentes.

O Colegiado Pelotas/Dunas foi constituído pelo DECRETO Nº 3.811, (De 25 de novembro de 1997), que institui o Colegiado PRORENDA Urbano no Município de Pelotas:

Art. 2º- O Colegiado PRORENDA Urbano tem por objetivo contribuir para a redução do desequilíbrio social e o fortalecimento da cidadania dos moradores em áreas de sub-habitação, promovendo o aumento da capacidade de auto-gestão das associações de moradores e outros grupos comunitários bem como o desenvolvimento da capacidade de criação e

utilização de processos participativos e gerenciamento do desenvolvimento físico social.

O Colegiado, por este Decreto, ficou composto da seguinte forma:



FIGURA 42 - TERRENO ONDE FOI CONSTRUÍDO O CDD ACERVO PROJETO CASA BRASIL

Art. 3º- O Colegiado será composto por membros representativos, a saber:

I- Um representante da METROPLAN, com direito a voz e voto nas decisões;

II- Dois representantes da Equipe Técnica do

Projeto PRORENDA URBANO de Pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

IV- Dois representantes comunitários escolhidos pelo Comitê do Loteamento Dunas, com direito a voz e voto nas decisões;

V- Um representante da GTZ, como assessor do Colegiado do PRORENDA URBANO DE PELOTAS, com direito a voz;

VI- Um representante da UPACAB, com direito a voz e voto nas decisões;

VII- Um representante da UFPEL, Universidade Federal de Pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

VIII- Um representante da UCPEL, Universidade Católica de Pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

IX- Dois representantes comunitários para cada nova área a ser definida.

Parágrafo Único - Cada um dos membros do Colegiado tem direito a um suplente que o substitua em seus impedimentos e/ou ausências, o qual somente

tem direito a voz e voto nas deliberações e decisões do Colegiado, em substituição do respectivo titular.

Sendo modificado pelo decreto N° 3.892, que alterou o art. 3° do Decreto n° 3.811, de 25/11/97, a nova redação e composição do Colegiado ficou da seguinte maneira:



FIGURA 43 - REUNIÃO DE FORMAÇÃO DO CDD NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DUNAS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

"Art. 3° - o colegiado será composto por membros representativos, a saber:

I - Dois (02) representantes da Secretaria Municipal de Governo -

Prefeitura Municipal de Pelotas, um dos

quais necessariamente o seu Secretário a quem caberá presidir e coordenar todas as atividades e sessões do Colegiado, cabendo-lhe o voto de desempate;

II - Um (01) representante da METROPLAN, com direito a voz e voto nas decisões;

III - Dois (02) representantes da Equipe Técnica do Projeto PRORENDA Urbano de Pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

IV - Dois (02) representantes comunitários escolhidos pelo Comitê do Loteamento Dunas, com direito a voz e voto nas decisões;

V - Um (01) representante da GTZ, com assessoria do Colegiado do PRORENDA Urbano de Pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

VI - Um (01) representante da UPACAB, com direito a voz e voto nas decisões;

VII - Um (01) representante da UFPel, Universidade Federal de pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

VIII - Um (01) representante da UCPel, Universidade Católica de pelotas, com direito a voz e voto nas decisões;

IX - Dois (02) representantes comunitários para cada nova área a ser definida;

X - Um (01) representante do SANEP;

XI - Um (01) representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Regional;

XII - Um (01) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;

XIII - Um (01) representante do Departamento de urbanização Popular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente²⁷.

3.6 - O Fundo Comunitário

O Fundo Comunitário foi outro mecanismo de poder responsável pelo fortalecimento da organização, da autogestão e da participação comunitária.



O Fundo Comunitário possibilitou ao CDD, via aprovação no Colegiado, gerenciar pequenos projetos de melhorias físicas e sociais na sua área, contribuindo assim, para o fortalecimento da autogestão do CDD e para a participação comunitária. No Loteamento Dunas foram

**FIGURA 44 - O FUNDO PRORENDA URBANO
PRINT SCREEN MATERIAL DE APOIO GTZ**

²⁷ Com essa alteração do decreto, há uma espécie de fuga da concepção inicial do projeto PRORENDA, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Pelotas passa a ter a maior representatividade dentro do Colegiado PRORENDA Pelotas.

disponibilizados R\$ 10 000,00 (Dez mil reais) para projetos físicos e sociais que se destinaram à realização de serviços de pequenos reparos, manutenção de equipamentos comunitários, contratação de serviços de terceiros e atividades nas áreas de educação, saúde, lazer e cultura. Os projetos priorizados e programados pelo CDD em colaboração com as demais instituições e associações comunitárias. O Fundo começou a operar somente após a constituição do Colegiado PRORENDA.

3.7 - O Programa de Desenvolvimento do Dunas / PDD

Ao longo dos anos de implementação do PRORENDA Urbano, que se iniciou em 1996, muitas parcerias, ações e projetos foram desenvolvidos no Loteamento Dunas. Entretanto, ao final de 2000 havia a necessidade de congregar as diversas ações que estavam dispersas e acontecendo com pouco acompanhamento processual. Somaram-se três fatores fundamentais também para a criação do PDD: 1 - As eleições municipais em 2000, que mudaram a gestão municipal; 2 - A Previsão de que ao final de 2001 seriam concluídas as obras físicas do Centro Comunitário e Incubadora de Pequenos Empreendimentos e repassados à gestão do CDD; 3 - O final do convênio PRORENDA Urbano em Pelotas, previsto para o final de 2001.

O Programa de Desenvolvimento do Dunas foi um programa cujo objetivo era melhorar as condições de emprego e renda, bem como operacionalizar a organização comunitária, melhorando as condições do Loteamento e investindo na capacidade dos moradores de se organizarem para conseguir o que desejam. Assim, o PDD atuou a partir de três Unidades de Desenvolvimento como metas e objetivos específicos:

1) O próprio fortalecimento do Comitê de Desenvolvimento Dunas (CDD), com os seguintes objetivos:

- ✧ Ampliar a participação da comunidade no CDD;
- ✧ Trabalhar em formação e capacitação comunitária;
- ✧ Trabalhar em formação e capacitação empresarial.

Nessa perspectiva, a intenção era de fazer com que mais entidades/instituições e pessoas participassem do CDD, desencadeando um trabalho comunitário como forma de interação entre moradores e moradoras do Loteamento, construindo uma alternativa sustentável à comunidade local com representatividade global para a tomada de decisões sobre o presente e o futuro do Loteamento Dunas.

2) O Centro Comunitário, que é uma quadra de esportes com



arquibancadas e diversas lojas externas e espaço para desenvolvimento de projetos sociais e de geração de emprego e renda, com os seguintes objetivos:

**FIGURA 45 - CENTRO COMUNITÁRIO DO CDD
ACERVO PROJETO CASA BRASIL**

- ✧ Formação e capacitação em gestão empresarial;
- ✧ Formação e capacitação em trabalho para os administradores do Centro Comunitário;

- ▲ Formação e capacitação em gestão empresarial especificamente para moradores e moradoras que estão começando um empreendimento em função do Centro Comunitário.

Nessa unidade, a intenção era produzir reflexões e práticas que assegurassem mecanismos suficientes para a sustentabilidade e autonomia locais, tanto no que diz respeito à gestão dos recursos próprios com os aluguéis das lojas, como na busca e acesso a recursos financeiros junto a organizações governamentais (OGs) e não governamentais (ONGs), na perspectiva de que o CDD efetivamente assumisse a o desenvolvimento autônomo do Loteamento Dunas.

3) Incubadora de Iniciativas de Geração de Renda Coletiva²⁸, um prédio com dois andares e diversas salas internas, tendo os seguintes objetivos:

- ▲ Incubar cooperativas e ou pequenos empreendimentos autogestionários;



FIGURA 46 - INCUBADORA DO CDD
FOTOS E FOTO JORNAL DIÁRIO POPULAR 20 DE SETEMBRO DE 2002
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

28 Essa unidade inicialmente não estava prevista no projeto inicial, mas foi construída devido à desvalorização do real em relação ao marco alemão e à iniciativa comunitária. Cabe salientar que a gestão municipal daquele momento realizou todas as obras em nome do CDD sem pagar as devidas responsabilidades trabalhistas, e quando houve ações trabalhistas não fez as devidas defesas jurídicas. Tal situação deixou até hoje dívidas trabalhistas de FGTS e INSS ainda não pagas, o que inviabiliza o CDD a se habilitar em editais de terceiro setor em especial, sendo necessário estar sempre em parceria com outras instituições, o que diminui sua autonomia. O CDD mantém-se financeiramente com os aluguéis das lojas do Centro Comunitário.

- ▲ Formar e capacitar em trabalho e em produção para empreendimentos autogestionários.

Nessa unidade de desenvolvimento o plano de ação era contribuir para amenizar os desequilíbrios sociais e econômicos, bem como oferecer capacitação e formação técnica a moradores e moradoras do Loteamento Dunas para a execução de atividades que gerassem trabalho e renda²⁹.

Assim, o PDD foi o programa responsável para finalizar o PRORENDA Urbano Pelotas/Dunas, preparando a formação e a capacitação de atuantes

locais para a conclusão das obras do centro comunitário e da incubadora³⁰, e assim se deu o encerramento formal do Programa PRORENDA, de maneira que a comunidade local,

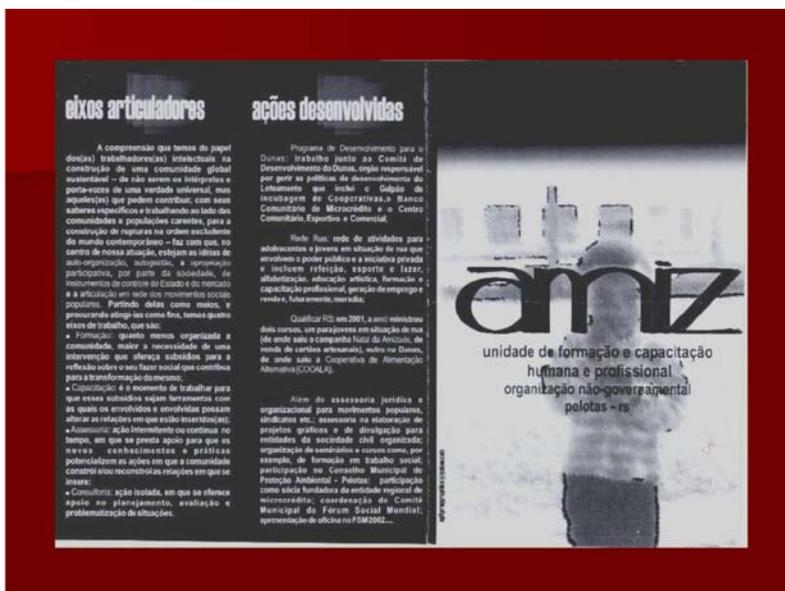


FIGURA 47 - FOLDER ONG AMIZ NA ÉPOCA DO PDD 2001 ACERVO PROJETO CASA BRASIL

através do CDD, pudesse assumir a gestão local independentemente do poder público, assumindo-se como mecanismo de poder para o desenvolvimento local.

Cabe ressaltar algumas considerações do PDD retiradas de um relatório geral (Relatório ONG AMIZ, 2001) redigido ao final do Programa

29 Cabe salientar que também nesse período começou a ser discutida a formação de uma Banco Local de Micro-Crédito: o Banco Dunas, que foi efetivado em 2003 e que, por questões de gestão política e financeira, encerrou suas atividades em 2004.

30 As obras da incubadora somente foram finalizadas em 2002.

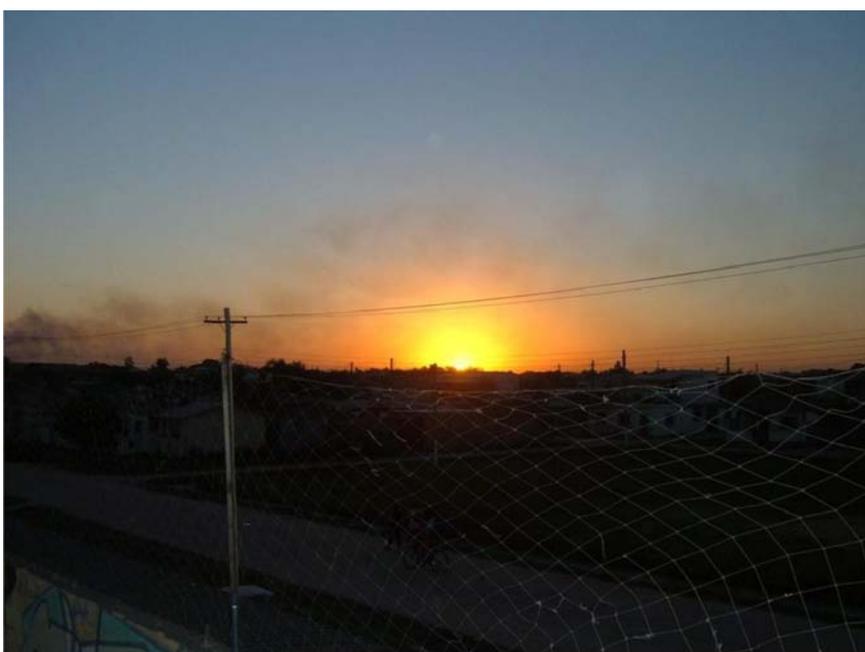
PRORENDA Urbano Pelotas Dunas. Esse relatório identificou uma situação bastante diversa daquela encontrada no início dos trabalhos do PRORENDA urbano:

... após muitos encontros e oficinas foi consolidado enquanto agremiação de pessoas conscientes de sua função de delinear políticas de desenvolvimento para o Loteamento Dunas, entendedoras de seu papel de representantes da comunidade, e capazes de construir um espaço de trabalho e cooperação que tantas vezes deixou de existir no passado do PRORENDA Urbano Pelotas (2001, pg. 108).

A formação "... parece ter atingido por inteiro seus objetivos de contribuir com elementos de reflexão que capacitassem os integrantes do Comitê a desempenhar suas tarefas com base nos princípios de Cooperação e autogestão" (2001, pg. 108). A maior necessidade, segundo o relatório, foi a ausência de um veículo de comunicação mais constante e efetivo; portanto seria necessário ampliar os canais de comunicação entre o CDD e a comunidade do Loteamento Dunas.

Segundo o relatório, o mais importante no processo de aprendizado

foi a participação dos gestores do CDD em diversos espaços de poder, e em especial nas reuniões com o poder público municipal e



**FIGURA 48 - POR DO SOL LOTEAMENTO DUNAS
ACERVO PROJETO CASA BRASIL**

estadual, onde os integrantes tiveram um papel de suma importância no andamento das negociações, além de terem tido a oportunidade de observar, em situações delicadas, a importância do CDD como órgão de representação para além do Programa PRORENDA Urbano e do Programa de Desenvolvimento do Dunas.

Isso não significou, segundo o relatório, que todos os aspectos da situação inicial pertencessem ao passado. Certas condições, em especial aquelas que demandam uma ruptura muito mais profunda, ainda exigiam dos parceiros e agentes externos envolvidos com o CDD uma proximidade e uma atenção muito grande, a fim de não incorrer numa violência simbólica em que a comunidade acabasse sendo desconsiderada nos processos que lhe dizem respeito e para os quais ela é legítima.

A intervenção na fase final do PDD (dezembro de 2001) e no encerramento do PRORENDA Urbano - Dunas concluiu-se com o processo de regulamentação do CDD e com a reorganização jurídica, por ocasião da eleição da nova diretoria 2002 - 2004 (Relatório ONG AMIZ, 2001).

Ficou, no entanto, a necessidade de que as relações externas de poder continuariam a ter contribuições importantes, e que o processo de formação ainda estaria em progresso e deveria receber atenção especial. Também ficou a sensação de grandes melhorias, e o aumento dos desafios na medida em que se avançou no processo organizativo do Loteamento Dunas no período de 1996 a 2001.

4. PRÁTICAS E SABERES



OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA SOCIAL

**FIGURA 49 - LOGO MARCA LABORATÓRIO DE PESQUISA
PROJETO CASA BRASIL
ACERVO PROJETO CASA BRASIL**

Neste capítulo analiso os dados coletados ao longo da pesquisa a partir do referencial explicitado anteriormente, fazendo uma síntese da formação do Loteamento Dunas desde sua gênese, que coincide com o período de formalização da redemocratização brasileira (Constituição Federal de 1988), bem como uma análise das suas relações de poder, especificando um período até 1996 e outro a partir da implantação do PRORENDA Urbano. Busco analisar como as práticas de implementação do PRORENDA Urbano no Loteamento Dunas interferiram nas relações de poder, em especial no período de 1996 a 2001, e quais foram os seus desdobramentos e efeitos. Ainda busco analisar a ascensão da perspectiva do terceiro setor: autonomia e empoderamento local, e a desarticulação do associativismo de moradores: luta por moradia. Faço, também, uma pequena

reflexão/problematização sobre projetos tradicionais pensados e executados por técnicos das gestões governamentais e projetos que fomentam a participação e empoderamento local, tendo como referência o PRORENDA Urbano. Por fim, apresento uma moldura do Loteamento Dunas na sua constituição (quatro grandes momentos), que operacionalizaram o deslocamento do Loteamento Dunas de uma posição periférica e subordinada para uma situação de empoderamento nas relações de poder.

4.1. Histórias, Práticas e saberes

O loteamento Dunas se constituiu em 1988, mesmo ano em que foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil e foi formalizada a redemocratização do país. O cenário político da cidade de Pelotas contava no ano de 1988, pela primeira vez, com as legendas criadas após a reforma partidária de 1979, quais sejam: PMDB, PDS, PTB, PDT e PT. Esses partidos disputavam, de forma inédita, um pleito exclusivamente municipal, consagrando-se como o grande momento na fase de redemocratização do Brasil.

Tudo indicava que a disputa estaria concentrada no PMDB e PDS, não só pela importância das legendas, como também pelos nomes que foram lançados. O

PMDB escolheu o ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues (Gestão 1977-1982), que havia derrotado a Arena em 1976, e fizera o seu sucessor em 1982. O



FIGURA 50 - CARICATURA CORONOLESIMO
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://CONTEXTOPOLITICO.BLOGSPOT.COM](http://contextopolitico.blogspot.com)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

PDS conseguiu unir a direita local, após ter sofrido as cisões que deram origem ao PFL e ao PL, e investiu em um quadro emergente, o então vereador Fetter Júnior, primeiro suplente de Deputado Constituinte em 1986 e representante de importante família política da cidade e região.

Os demais candidatos eram de partidos menos destacados. O PT lançou o vereador Flávio Coswig, que havia migrado do PCB, o PSDB lançou o advogado José Luis Marasco Cavalheiro Leite e o PDT apresentou o médico José Anselmo Rodrigues, que não possuía carreira política prévia. Tido como menos provável, o candidato Anselmo, do PDT, venceu a eleição por grande margem de votos. O PDS ficou com o segundo lugar e o PMDB sofreu mais intensamente o peso do crescimento de uma candidatura de oposição à esquerda em âmbito local, ficando em terceiro lugar (BARRETO, CHINI, 2004). A legenda da esquerda que dividiu os votos historicamente endereçados ao PMDB foi o PT.

Nesse contexto político teve início a constituição do Loteamento



FIGURA 51 - IMAGENS DO DUNAS ATÉ A RUA NOVE E DA RUA 10 ATÉ A 29 - FOTOS ATUAIS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

Dunas, sob o "comando" de Anselmo Rodrigues e do PDT. Inicialmente o Dunas foi formado por uma população de pessoas oriundas do interior da cidade de Pelotas, o que marca até hoje sua característica bastante rural, mas também por pessoas do entorno do Loteamento, como

o Corredor do Obelisco, Bom Jesus, Jardim Europa e imediações, bem como do centro da cidade e de outros bairros. Essa foi uma constituição bastante heterogênea no que diz respeito às territorialidades das pessoas que

constituíram essa comunidade. Entretanto, pode-se entender que constituiu-se de forma muito homogênea no que diz respeito às condições econômicas, pois eram famílias de baixa renda que estavam em busca de melhores condições de habitação e moradia com baixo ou nenhum custo.

No início de sua formação, por questões políticas e operacionais, o Loteamento ficou dividido em duas partes. A primeira foi ocupada ordenadamente e em congruência com o poder público municipal, estendendo-se da Rua Um até a Rua Nove. Nesse território foram disponibilizados lotes organizados e com alguma infraestrutura. A segunda parte vai da Rua 10 até a Rua 29. Trata-se de um local marcado pela ocupação desordenada e sem as mínimas condições de ambiência urbana. Ainda hoje, mesmo com os avanços do Dunas no seu desenvolvimento como um todo, é fácil perceber a precariedade desse espaço, em especial pela falta de equipamentos públicos, privados e de estruturas de ambiência urbana, pois as mesmas se concentram principalmente até a Rua Nove.

Os moradores e moradoras do Dunas, em função da ineficácia das ações políticas, pela ausência de estrutura de ambiência urbana e pela sua condição de baixa renda, expressavam um sentimento de desfavorecimento

em relação ao centro da cidade e até mesmo em relação ao Bairro Areal, região administrativa de Pelotas



FIGURA 52 - FOTO DO DIÁRIO POPULAR DE 13 DE JULHO DE 2003 ACERVO PROJETO CASA BRASIL

na qual está situado. Esse fato foi potencializado com a invenção de que o Loteamento era um lugar violento, visão distorcida da realidade daquele tempo - espaço. Essa visão, que vinculava ferocidade ao Loteamento, foi funcional à necessidade política da gestão municipal para justificar grandes investimentos realizados naquele território desde sua constituição, e não em outros lugares da cidade com a mesma característica sócio-cultural e econômica.

Podem-se citar alguns exemplos dos investimentos realizados nesse território e que eram questionados por outras localidades da cidade como a constituição de duas escolas (uma de Ensino Fundamental e outra de Educação Infantil), uma Unidade Básica de Saúde, o prédio da Associação de Moradores e mais tarde os grandes investimentos do PRORENDA Urbano, equipamentos públicos que territórios do entorno do Dunas e de outras localidades de Pelotas com muito mais tempo de constituição ainda hoje não conquistaram.

As relações de poder na sua gênese foram pautadas entre moradores e moradoras por reivindicações de direitos de moradia, numa relação direta de forças com o poder público municipal, relações que geraram o tempo todo mecanismos dispersos que atuaram e produziram efeitos de poder no



universo micro do cotidiano do Loteamento Dunas, como por exemplo, a conquista de diversos equipamentos públicos e estruturas de ambiência urbana.

**FIGURA 53 - FESTA NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DUNAS
ACERVO PROJETO CASA BRASIL**

Entre elas destaco a marcação de ruas, o transporte coletivo e o fornecimento de água e luz, entre outras. Essas conquistas aconteceram em pouco tempo de existência desse território.

As relações de poder no período que compreendeu os anos de 1988 até 1996³¹ não são fáceis de serem localizadas em uma determinada instância ou materialmente percebidas, mas produziram uma microfísica cotidiana específica daquele tempo e espaço. A análise desse período aponta que as relações entre poder público e moradores foram as relações mais significativas no jogo de poder que constituíram aquele tempo e aquele espaço.

Pode-se afirmar que naquela microfísica o mais visível efeito de poder local no loteamento foi a constituição da Associação de Moradores, instituição que assumiu naquele período os jogos de poder e colocou as práticas e saberes das pessoas/comunidade a partir dos seus interesses, necessidades e exigências para aquele tempo e espaço,



FIGURA 54 - ATIVIDADES PÓS ASSOCIATIVISMO DE MORADORES NO DUNAS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

³¹ Prefeitos neste período: 1988/1991 - Anselmo Rodrigues (PDT); 1992/1995 - Irajá Andará Rodrigues (PMDB); e 1996/1999 - Anselmo Rodrigues (PDT) (LOECK, 2008). A implementação do PRORENDÁ Urbano, em 1996, não só fortaleceu a relação entre o Prefeito Anselmo Rodrigues e o PDT com essa comunidade, bem como transformou o político em "pai" do Dunas, tendo em vista que o loteamento teve sua origem na primeira gestão de Anselmo (1988 - 1991) e recebeu novamente grandes investimentos na sua segunda gestão (1996 - 1999).

efeito direto das relações de poder entre público e moradores, tendo nas lutas por condições dignas de habitação e ambiência urbana seu combustível.

A partir de 1996, com a implementação do PRORENDA Urbano, surgiu uma alteração importante nas relações de poder no que diz respeito ao associativismo de moradores em busca dos direitos de habitação e moradia. Essa novidade surgiu concomitantemente com a constituição do CDD, que embora tenha sido uma das maiores ações da Associação de Moradores (e gestado dentro dela mesma no período compreendido entre 1996 e 1997) foi também o início de uma prática que determinava outro mecanismo de poder que visava não somente ao associativismo em busca de direitos de moradia e habitação, mas a um mecanismo que operava as relações de poder em várias esferas da vida no Loteamento. Essas práticas podem ser identificadas como sendo relativas ao terceiro setor, tendo em vista a discussão apresentada no capítulo dois, desenvolvidas a partir do CDD, instituição laica, não governamental e sem fins econômicos. Esse Comitê teve como meta fomentar a auto-organização e a autogestão local para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

Esse processo efetivamente desmobilizou o associativismo dos moradores, uma vez que o centro da articulação e da reunião dos mesmos deixou de ser a Associação de Moradores e passou a ser cada vez mais o CDD. Todas as pessoas que compunham a diretoria da associação passaram a ser também os gestores do CDD. Já os recursos financeiros e a tomada de decisões sobre os rumos do Dunas passaram a ser tomados por dentro do CDD. Outro fator que mostra esse deslocamento é o fortalecimento da perspectiva de uma nova racionalidade para as relações de poder na sociedade e, no caso do Loteamento Dunas, o terceiro setor.

Essa nova perspectiva, decorrente de uma nova prática social e política, começou a pautar a auto-organização e a autogestão como elementos para o desenvolvimento local, tanto do ponto de vista social como econômico. Essa nova racionalidade substituiu as reivindicações pontuais de moradia que deram origem à formação do associativismo de moradores. Globalmente o terceiro setor cria um novo campo de atuação para as relações de poder na sociedade. As pessoas/comunidade precisam assumir

mais

"conscientemente"

uma posição ativa e dar conta dos seus problemas de desenvolvimento local.

Essa transição

decorrente do

PRORENDA Urbano



FIGURA 55 - IMAGEM DA AMBIÊNCIA URBANA DO ENTORNO DO CDD ACERVO PROJETO CASA BRASIL

desarticulou a Associação de Moradores na sua concepção e prática. Seus dirigentes tornaram-se gestores e gestoras do CDD e assumiram o papel representativo no desenvolvimento local e nas relações de poder do Loteamento Dunas com a cidade e com o mundo. A estruturação das relações de poder a partir do PRORENDA Urbano (1996) começou a produzir outros efeitos, profundas reflexões e mudanças naquela microfísica, tanto no que diz respeito à sua representatividade institucional, como à sua prática e aos seus saberes.

Essa experiência traz a reflexão e o entendimento de que muitos dos programas e projetos locais de desenvolvimento e de atendimento de demandas públicas, elaborados por técnicos de governos, são geralmente planejados em gabinetes "de cima para baixo" e estão distantes das realidades dos espaços, dos tempos e das necessidades das pessoas a quem querem atingir ou beneficiar. A maioria dos modelos conhecidos, baseados nas lógicas



e FIGURA 56 - PLANEJAMENTO PRODUNAS COM OGS E ONGS
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

convencionais dirigidos para comunidades urbanas carentes de recursos e conhecimentos, não alcançam o êxito esperado, pois raramente são entendidos pelas pessoas a quem pretendem contemplar, devido à "ignorância" ou à "pouca instrução" sobre o assunto, além da ausência de participação na tomada de decisões.

É preciso destacar que "ignorância" ou "pouca instrução" não estão relacionadas à escolaridade das pessoas, mas ao nível de participação e esclarecimento que elas têm sobre a temática e o método apresentados para desenvolver um determinado local. Por isso, os benefícios propostos chegam parcialmente ou não chegam às pessoas, devido à utilização de métodos em gestões tradicionais que se esforçam ao máximo para deixar as pessoas e suas comunidades fora da participação nos diagnósticos e planejamentos que determinam sua microfísica.

As comunidades de uma forma geral não conseguem se apropriar desses planejamentos para transformar suas realidades e para multiplicá-los a outras áreas do seu território ou de espaços vizinhos, pois não têm participação ativa nos processos de construção e execução. Essas práticas muitas vezes fazem com que as pessoas não percebam os jogos de poder nos quais estão efetivamente inseridos e como e onde podem intervir para garantir suas vontades nas relações de poder que determinam sua microfísica. É o que Foucault (1982) problematiza e chama de insurgência do saber dominado como necessidade para se avançar em micro revoluções, processadas a partir da problematização entre os saberes comuns e os saberes científicos.

O poder tem uma característica visível que é perpetuar-se no exercício dele mesmo, o que significa um jogo que procura assegurar e



manter determinados interesses e grupos dentro do quadro social, tema que é bastante complexo e de difícil localização.

Entretanto,

FIGURA 57 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REDE VIDADANIA ACERVO PROJETO CASA BRASIL

pensar na

insurgência dos saberes dominados poderia superar a ineficácia de projetos em que não há a participação das pessoas e de suas comunidades na elaboração e acompanhamento dos projetos que se desenvolvem no seu território. Os métodos tradicionais podem ser identificados como planos

assistenciais e populistas que não estão preocupados com a solução das dificuldades das populações urbanas carentes de recursos e conhecimentos.

Essa moldura das relações de poder só pode ser modificada no momento que forem efetivamente ativados saberes ditos inferiores e desqualificados, e isso não quer dizer de forma alguma um saber comum ou um bom senso, mas uma episteme diferente. A crítica a essas práticas de "cima para baixo" deve partir de uma microfísica local da realidade, para que então se possam problematizar os sistemas globais e o que está colocado ou construído cultural ou historicamente como verdadeiro e absoluto nas relações de poder que determinam a sociedade.

O Projeto PRORENDA Urbano do Rio Grande do Sul teve como estratégia enfrentar os temas da participação e da autogestão, procurando superar a lógica de gestões tradicionais de "cima para baixo". Foi um processo relativamente longo de interação entre lideranças comunitárias e técnicos do setor público. A proposta metodológica e a estrutura institucional criadas de fato foram um produto da parceria entre técnicos e comunidades, que logo após a fase piloto em Porto Alegre (1990-1996), realizou sua expansão para novos municípios do Estado do Rio Grande do Sul (1996-1999), entre eles Pelotas através do Loteamento Dunas. A multiplicação da metodologia que aconteceu nessa etapa necessitou de uma grande dedicação em assessoramento, não só aos técnicos municipais como também às lideranças comunitárias, dispersas em muitos novos pontos geográficos de aplicação da metodologia.



FIGURA 58 - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE SEGURANÇA SOCIAL E PROTEÇÃO DA VIDA- REDE VIDADANIA - LOTEAMENTO DUNAS ACERVO PROJETO CASA BRASIL

Planejar o desenvolvimento das zonas urbanas de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e alta vulnerabilidade social é sempre uma



FIGURA 59 - REUNIÃO DO PRODUNAS
REDE VIDADANIA - LOTEAMENTO DUNAS
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

tarefa urgente e necessária. Requer disponibilidade de tempo, paciência, tolerância com as diferenças e muita determinação. Quando esses planejamentos são caracterizados pela falta de participação e identidade com a realidade, com a falta de objetividade e incompreensão das

pessoas a quem são dirigidos, caem logo no descrédito e na maioria das vezes na ineficácia. Especialmente as populações de baixa renda que moram em vilas e periferias, em situações de ausência de ambiência urbana, esperam mudanças efetivas no processo do planejamento e no relacionamento entre governantes e governados, e quando isso não acontece percebem rapidamente as deficiências no planejamento (THOMAZ, 1997).

Para ter êxito, e isso também é relativo, o desenvolvimento físico e social de vilas e periferias deve ser conduzido junto com os próprios moradores e moradoras das comunidades em que se pretende trabalhar. A experiência no Loteamento Dunas trabalhou nessa perspectiva, procurando superar planejamentos de "de cima para baixo", colocando como princípio articulador aos governantes o papel de facilitadores e de apoiadores e aos governados o papel de assumirem cada vez mais as responsabilidades e a iniciativa dos seus processos de desenvolvimento local. O PRORENDA Urbano desenvolveu instituições e práticas que pautaram temas importantes para se repensar essa prática "de cima para baixo" e as relações entre governo e governados.

O programa exercitou tal perspectiva desenvolvendo diagnósticos participativos que identificaram as necessidades e deficiências sentidas no Loteamento Dunas³². Para dar um exemplo, a escolha da principal obra ou equipamento social realizada pelo PRORENDA Urbano foi feita pelas pessoas do Dunas. Foi construída uma quadra de esporte com espaços no entorno para comércio e atividades comunitárias. Essa escolha se deu pela participação local na tomada de decisões sobre o seu desenvolvimento a partir da presença do olhar micro, que identificou na potência do futebol o esporte e lazer mais expressivo do loteamento, e na solidariedade ética das pessoas, a possibilidade do desenvolvimento econômico daquele território (THOMAZ, 1997).

Figura 1: Peritos da GTZ 1997

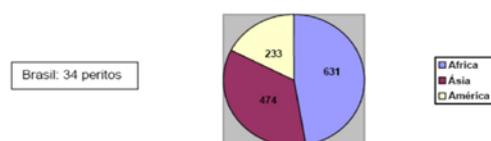


Figura 2: Contribuição Financeira (em milhões de Marcos) 1997

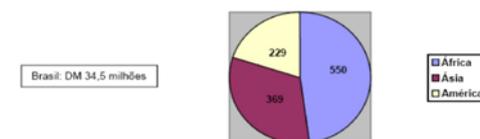


FIGURA - 60 QUADRO DE INVESTIMENTOS DA GTZ NO MUNDO
PRINT SCREEN MATERIAL DE APOIO GTZ

Diversos métodos, técnicas e instrumentos foram testados e implementados no Loteamento Dunas e em outros lugares. O processo desenvolvido pela GTZ no Programa PRORENDA Urbano dentro do Acordo Bilateral Brasil - Alemanha constituiu novas relações de poder. As análises aqui desenvolvidas mostram que efetivamente o programa se preocupou em superar a lógica tradicional dos planejamentos de "cima para baixo". Ao mesmo tempo apontam que mesmo, preocupado em superar a lógica tradicional, muitas vezes teve na análise dos processos de implementação do programa os nós dos seus acertos e dos seus erros, isso porque nem sempre deu conta de acompanhar devidamente seu processo de implementação e

³² Ainda que nem sempre tenha sido possível garantir essa prática como regra nas relações de poder estabelecidas, pela própria característica do jogo de poder.

nem sempre conseguiu dar atenção e assessoramento constante aos gestores públicos, aos gestores locais que constituíram o Comitê de Desenvolvimento Dunas e aos parceiros estratégicos.

Os efeitos mais visíveis nas relações de poder que se pode verificar no período foram o desenvolvimento de várias iniciativas econômicas que ocuparam os espaços no entorno do centro comunitário, bem como a organização de algumas cooperativas que se desenvolveram na incubadora de pequenas iniciativas de geração de trabalho e renda. Também cabe salientar outras iniciativas culturais e projetos sociais que foram desenvolvidos via fundo comunitário. Dentre elas a Cooperativa de Materiais Sanitários Básicos, a Cooperativa de Vestuário - DUNASVEST, a Cooperativa de Alimentação Alternativa - COALA e diversos projetos sociais desenvolvidos pelo CDD, como a escolinha de futebol, o curso de capacitação em construção civil e a prática de capoeira, dentre outros (Relatório AMIZ, 2001).



FIGURA - 61 COOPERATIVAS E FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
ACERVO PROJETO CASA BRASIL

Nesse contexto a pauta da participação e do empoderamento das pessoas/comunidade nos jogos de poder esteve presente na experiência analisada, entretanto não se pode cair na

ingenuidade de acreditar que nas relações de poder entre governo e governados que operaram o PRORENDA Urbano foram prestadas todas as

informações sobre as ações que seriam realizadas, que todos os espaços foram abertos para as articulações autônomas das pessoas/comunidade interessadas em contribuir com aquele processo, que todas as decisões foram tomadas com a população em forma de cogestão ou que sempre houve consenso. Isso falar em jogos de verdade é analisar o poder como relações de forças que circulam, que geram o tempo todo mecanismos dispersos que produzem efeitos muitas vezes não previstos ou simplesmente desdobramentos resistentes às metas e objetivos desejados. Falar em poder é falar sempre em disputa de interesses de diferentes grupos dentro do quadro social, e isso é um jogo sempre aberto e muito raramente há consenso geral.

Um dos efeitos mais significativos nas relações de poder do loteamento foi a criação do Comitê de Desenvolvimento do Dunas, uma instituição que foi constituída na perspectiva de fazer com que mesmo numa situação de

desvantagem econômica e de falta de estruturas de ambiência urbana as pessoas/comunidade do loteamento pudessem entrar na disputa por seus direitos e condições dignas de vida através de suas



FIGURA 62 FOTO MONTAGEM LOGO MARCA
DUNAS COMUNIDADE PROTETORA DA VIDA
FOTO DO ACERVO PROJETO CASA BRASIL

vontades e necessidades, a partir de um mecanismos de poder local.

4.2. Conjuntura Global (1996-2001): Dos dias de Ação Global ao Fórum Social Mundial

Esta Dissertação focou seu estudo na investigação das relações de poder que constituíram o CDD, investigando as práticas de implementação do PRORENDA Urbano no Loteamento Dunas no período de 1996 a 2001. Penso ser pertinente, ainda que não tenha relação direta com esta investigação, trazer alguns componentes importantes do que acontecia no período de 1996 a 2001 no mundo, em especial os movimentos que deram origem ao Fórum Social Mundial. Cabe lembrar que o Loteamento Dunas, ao final do PRORENDA Urbano em 2001, realizou um evento preparatório ao FSM 2001, o primeiro de vários Fóruns Sociais da



FIGURA 63 - IMAGEM DE PASSEATA PELA AGP
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://PASSAPALAVRA.INFO/?P=18584](http://PASSAPALAVRA.INFO/?P=18584)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

Periferia que acompanha sua trajetória até hoje, sendo um dos componentes que asseguram os elementos necessários ao Dunas para superar sua posição periférica e subordinada e passar para uma situação de empoderamento nas relações de poder globais.

Em 1996, concomitantemente à implementação do PRORENDA Urbano no Loteamento Dunas, os zapatistas³³ convocaram o primeiro *Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo*, reunindo mais de 6000 pessoas de diversos movimentos sociais ao redor do planeta. O Encontro foi repetido novamente em 1997 na Espanha, e em 1998, em Genebra, foi lançada uma

³³ Movimento de insurgência ao governo mexicano e ícone dos movimentos anti-capitalismo global.

coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado. O objetivo era servir como um instrumento de comunicação e coordenação das lutas contra o mercado global para a construção de alternativas locais, o que se chamou *Ação Global dos Povos/AGP*, e ficou conhecido como dias de *Ação Global*.

A *AGP* foi uma das primeiras organizações em rede a se declarar oponente direta à Organização Mundial de Comércio. Já na primeira reunião da *AGP* foram elaborados os três principais documentos que definiram os cinco princípios básicos, que foram modificados na conferência de Bangalore na Índia em agosto de 1999 e alterados na conferência de Cochabamba em 2001. Como princípio foi definido que qualquer pessoa ou organização pode entrar na rede formada pela *AGP* e contar com seu apoio para a realização de atividades, desde que em conformidade com seus princípios³⁴, além de expandir o conceito de anti-liberalismo da *AGP* para anti-capitalismo.

Foi durante a conferência da *AGP*, realizada em agosto de 1999 na Índia, que além das deliberações daquele encontro chamaram para o dia 30 de novembro (N30)³⁵ em Seattle, data e local escolhidos para coincidir com o terceiro encontro da Organização Mundial de Comércio, uma manifestação motivada pelo sucesso dos Dias de *Ação Global* anteriores. Mais de 700 organizações e 75 mil pessoas tomaram parte dos protestos em Seattle, impedindo a reunião da OMC que seria adiada para o dia seguinte.

Os acontecimentos de Seattle tiveram maior repercussão que os Dias de *Ação Global* precedentes. Foi no pós-Seattle que o movimento ganhou notoriedade. Muito mais que o sucesso midiático do movimento, muitos intelectuais do mundo inteiro foram obrigados a voltar suas análises ao

34 Surge o princípio da livre adesão: entra-se quando quer, e pode-se abandoná-la a qualquer momento. Tal princípio também será adotado pelo FSM.

35 A escolha da sigla composta pela letra inicial do mês e o dia em que ocorreria aquela *Ação Global*. A sigla tem o objetivo de refletir a diversidade e o alcance mundial dos eventos, não se referindo a nenhum grupo ou localidade geográfica específica.

movimento anti-globalização. Vários Dias de Ação Global ocorreram com relativo sucesso até os acontecimentos do J20 (sigla dos protestos ocorridos em Gênova/Itália), com a morte de um estudante italiano. Neste momento o movimento começou a se esvaziar, tanto em função deste fato, como também por já ser o desdobramento do primeiro Fórum Social Mundial³⁶ realizado em 2001, em Porto Alegre, fórum que passa a assumir globalmente os movimentos mundiais alternativos ao capitalismo.

Embora muitas ONGs e movimentos sindicais que integravam o FSM estivessem presentes nos Dias de Ação Global, o FSM não é um desdobramento direto dos dias de Ação Global, mas sim do Fórum Mundial das Alternativas³⁷, realizado pela primeira vez em 1997, com a proposta inicial de ser um fórum para reunir movimentos sociais e intelectuais que trabalhassem no sentido da construção de alternativas ao capitalismo. Em 1999 o Fórum Mundial das Alternativas realizou um encontro e uma coletiva de imprensa feita para coincidir com o Fórum Econômico Mundial, que se realizava desde 1971. Esse encontro ocorrido em 1999 ficou conhecido como *Outro Davos*, e contou com o apoio de movimentos sociais representativos de diversas partes do mundo, e é considerado precursor do FSM.



FIGURA 64 - LOGO MARCA DO FSM
RETIRADA DO BLOG
[HTTP://DEMOCRACIAPOLITICA.BLOGSPOT.COM](http://democraciapolitica.blogspot.com)
ACESSADO EM 20 DE MAIO DE 2011

36 [Http://forumsocialmundial.org.br](http://forumsocialmundial.org.br)

37 <http://forumdealternativas.org>

O FSM foi um desdobramento do Outro Davos, sua primeira edição aconteceu de 25 a 30 de janeiro de 2001 na cidade de Porto Alegre (RS), escolhida por ser uma cidade do "Terceiro Mundo" e por ser identificada com o Partido dos Trabalhadores e as suas experiências de democracia participativa implantadas em diversas gestões consecutivas nessa cidade, apesar do caráter não-partidário frisado pelos organizadores. O dia 30 de janeiro, escolhido para finalizar o FSM, coincidiu com o Fórum Econômico Mundial de Davos.

O sucesso da primeira edição garantiu sua configuração num processo mundial e permanente em busca de políticas alternativas às políticas neoliberais. Para garantir essa permanência foi elaborada uma Carta de Princípios³⁸, considerada o único documento oficial do FSM e diretriz básica para realização de qualquer atividade relacionada ao mesmo. Tem como pressuposto organizacional a mesma característica da organização em rede (anteriormente definida pela AGP), que permite a livre adesão e o abandono a qualquer momento.

O Loteamento Dunas sempre esteve presente nos movimentos mundiais de construção de alternativas para um mundo melhor, primeiro com o PRORENDA Urbano, que como vimos procurou superar planejamentos de "de cima para baixo", colocando como princípio articulador aos governantes o papel de facilitadores e de apoiadores, e aos governados o papel de assumirem cada vez mais as responsabilidades e a iniciativa dos seus processos de desenvolvimento local, e segundo com os desdobramentos pós PRORENDA Urbano, em especial com sua participação ativa no processo mundial do FSM. Cabe trazer aqui outra vez uma síntese dessa militância do Loteamento Dunas junto ao FSM:

38 http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1

- Dunas Social e Mundial (Loteamento Dunas - Pelotas em 2001);
- Um Outro Mundo é Aqui (Loteamento Dunas - Pelotas em 2006);
- Fórum Social das Comunidades de Rio Grande (Bairro Castelo Branco - Rio Grande em 2007);
- Fórum Social da Periferia (Loteamento Dunas - Pelotas e região centro, centro sul e sul do Rio Grande do Sul em 2008);
- Fórum Social On Line da Periferia (em 2009, diretamente de Belém do Pará para periferias do mundo, via conferências on line/web);
- Fórum Social Expandido da Periferia (em 2010 e 2011, Organizado pela UNIPERIFERIA), com diversas videoconferências e encontros presenciais daqui de Pelotas para o mundo, tratando da Rede de Comunidades Populares/REDE EMCOMUM, constituída no Fórum Social Expandido da Periferia em 2010 na perspectiva de conectar comunidades populares do mundo inteiro para troca de experiências e



FIGURA 65 - LOGOMARCA FÓRUM SOCIAL EXPANDIDO DA PERIFERIA
ACERVO PROJETO CASA BRASIL
 soluções de problemas comuns.

Por fim, penso ser pertinente também trazer a esta Dissertação alguns documentários importantes, mesmo que não sejam discutidos diretamente a esta Dissertação, mas trazem conceitos que retratam esses movimentos mundiais que aconteciam globalmente entre os anos de 1996 a 2001, que de uma forma ou de outra constituíram o FSM e temporalmente se entrelaçaram com a história do Loteamento Dunas, conforme segue:

Vídeo Institucional – Prorenda Urbano RS

Ano de Lançamento: 2001.

Gênero: Vídeo Institucional.

Duração: 14 min.

Filmado e dirigido por: METROPLAN - GTZ.

Produzido por: Lato Comunicação - Cooperativa de Vídeo.

Na Internet: Não está disponível na internet.

Sinopse: É um vídeo institucional encomendado pela Metroplan - GTZ para apresentar o Prorenda Urbano no Rio Grande do Sul e as experiências desenvolvidas até 2000, um ano antes do final do Prorenda Urbano RS.

A Revolução Não Será Televisada

Ano de Lançamento: 2003.

Gênero: Documentário.

Duração: 75 min.

Filmado e dirigido por: Kim Bartley e Donnacha O'Briain.

Produzido por: David Power - Irlanda, 2003.

Na Internet:

http://www.youtube.com/results?search_query=a+revolução+não+será+televisada&aq=f.

Sinopse: *A revolução não será televisada*, filmado e dirigido pelos irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Briain, apresenta os acontecimentos do golpe contra o governo do presidente Hugo Chávez, em abril de 2002, na Venezuela. Os dois cineastas estavam na Venezuela realizando, desde setembro de 2001, um documentário sobre o presidente Hugo Chávez e o governo bolivariano, quando surpreendidos pelos momentos de preparação e

desencadeamento do golpe, puderam registrar, inclusive no interior do Palácio Miraflores, seus instantes decisivos, quando o golpe foi respondido e esmagado pela espetacular reação do povo³⁹.

Memórias del saqueo Fernando Pino Solanos 2003

Ano de Lançamento: - 2003.

Gênero: Documentário.

Duração: 113 min.

Filmado e dirigido por: Fernando Pino Sollanas.

Produzido por: CineSur S/A - ADR Productions - Thelma Film AG.

Na Internet:

http://www.youtube.com/results?search_query=mem%C3%B3rias+del+saqueo&aq=f

Sinopse: Um registro da histórica revolta dos argentinos em 2001. O filme faz a genealogia da pior crise da história argentina e aponta os principais responsáveis por essa situação dramática (*Viés corrupto e privatista do Neoliberalismo*). Em dezembro de 2001, os argentinos saíram às ruas para protestar contra o governo de Fernando de la Rúa, já que a maior parte da população se encontrava em situação de penúria. Nas manifestações, que foram reprimidas pelas forças policiais, 34 pessoas morreram e o presidente De la Rúa acabou renunciando. As altas dívidas, o ultra liberalismo, a corrupção e as privatizações foram resultado de uma política de "terra arrasada" de vários presidentes, com a ajuda de empresas multinacionais e a cumplicidade de organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴⁰.

39 Sinopse em <http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/venezuela.htm>.

40 Sinopse em <http://www.casadaamericalatina.org.br/index.php?q=node/3>.

Surplus

Ano de Lançamento: 2003.

Gênero: Documentário.

Duração: 51 min.

Filmado e dirigido por: Erik Gandini .

Produzido por: Patrik Axem / Stavro.

Na Internet: <http://docverdade.blogspot.com/2009/03/surplus-2003.html>

E também http://www.youtube.com/results?search_query=Surplus&aq=f .

Sinopse: A confiança dos consumidores está em baixa desde o 11 de Setembro. Uma guerra bem sucedida contra o Iraque parecia ser a única forma de reconquistar essa confiança (e a nossa felicidade). Estará no consumo a nossa salvação? Temos uma escolha? Uma odisséia visual intensa filmada ao longo de três anos em oito países, desde os confrontos explosivos das manifestações em Gênova, 2001, às bonecas para uso sexual de 7000 dólares, Surplus explora a natureza destrutiva da cultura consumista. Sobre um pano de fundo onde coabitam os líderes mundiais mais cínicos e líderes do pessoal das grandes empresas e fanáticos da Microsoft, o filme foca-se no controverso guru da anti-globalização John Zerzan, cujo apelo à provocação de danos sobre a propriedade inspirou muita gente à intervenção direta nas ruas. Uma montagem impressionante numa série de imagens de cortar a respiração transforma a noção estatística, segundo a qual 20% da população mundial absorve 80% dos recursos globais, numa intensa experiência emocional⁴¹.

41 Sinopse em <http://cinema.sapo.pt/filme/surplus/detalhes#sinopse>.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS



FIGURA 66 - QUADRO PERIFERIA ARTISTA PLÁSTICO JOSÉ DARCI FOTO DO ACERVO PROJETO CASA BRASIL

As análises deste trabalho apontam o PRORENDA Urbano como o principal catalisador do deslocamento do Loteamento Dunas de uma posição periférica e subordinada para uma situação de empoderamento nas relações de poder, tendo na constituição do Comitê de Desenvolvimento Dunas o mais visível mecanismo de poder desse processo e, ao mesmo tempo, o mais presente dispositivo de poder para operacionalizar essa perspectiva ainda hoje.

Podemos traçar quatro grandes momentos que atravessaram a caminhada do Loteamento Dunas e em cada um deles foram produzidos diversos mecanismos e efeitos de poder na sua microfísica, embora não necessariamente possuam continuidade ou uma perspectiva linear no desenvolvimento e desdobramentos do loteamento. Mas de uma forma ou

outra produziram o deslocamento do Loteamento Dunas de uma posição periférica e subordinada para uma situação de empoderamento nas relações de poder locais e globais.

O primeiro momento foi no período de 1988 a 1996, que como vimos ocorreram relações de poder pautadas entre moradores e moradoras reivindicando direitos de moradia, numa relação direta de forças com o poder público municipal. A materialidade desse processo pode ser vista a partir de diversos equipamentos públicos e estruturas de ambiência urbana conquistados nas relações de força entre poder público e moradores. O mais visível efeito produzido nas relações de poder locais nesse primeiro momento foi a constituição da Associação de Moradores. Já as suas conquistas mais visíveis são as melhorias de ambiência urbana e a constituição do CDD.

O Segundo momento foi de 1996 a 2001, por ocasião da implementação do PRORENDA Urbano. Nesse período foram produzidos diversos mecanismos para o fortalecimento da organização comunitária como o CDD, o Colegiado do PRORENDA e o Fundo Comunitário. Esses mecanismos serviram para materializar um discurso pautado na ruptura da condição de subordinação periférica a partir do desenvolvimento da autonomia e autogestão local, que foram fundamentais para fazer com que as pessoas pertencentes ao Dunas participassem ativamente das relações de poder que lhe constituíram. Para reforçar o discurso, ao final desse período foram entregues ao loteamento importantes equipamentos sociais que ainda hoje estão sob a gestão local via CDD: a Incubadora de Iniciativas de Geração de Renda Coletiva e o Centro Comunitário. Esses equipamentos são ferramentas que têm a clara intenção de dar as condições materiais para o desenvolvimento de práticas que assegurem efetivamente a

autonomia e o empoderamento local como elementos de ruptura do conceito de periferia subordinada a um centro de poder.

O terceiro momento se deu entre os anos de 2002 a 2005, por conta do final do PRORENDA Urbano em 2001 e do deslocamento das tomadas de decisões dentro do governo municipal, que aconteciam na Secretaria de Governo e passaram para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico⁴². Nesse momento a maioria dos parceiros estratégicos retirou suas ações do Loteamento Dunas, uns por terem encerrado suas atividades efetivamente, como a GTZ e a METROPLAN, e outros, como a UFPel (Projeto Amizade) e a ONG AMIZ, por não concordarem com o novo posicionamento político do governo municipal que havia assumido em 2001. Esse afastamento que se deu em função de estarem entendendo que começou a se restringir a participação do CDD e dos parceiros na tomada de decisões sobre os investimentos e os recursos de ambiência urbana para o Dunas, principalmente pelo posicionamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que colocou o CDD como uma extensão da secretaria e do governo municipal, em uma prática visivelmente instrumental.

Reinaugurou-se uma prática de exercício de poder unilateral a partir da manipulação da informação e comunicação sobre os investimentos locais e os projetos e programas de ambiência urbana. Como exemplo, pode-se ressaltar que a maior experiência desenvolvida no período foi o Banco Dunas, uma instituição de micro crédito implementada em 2003 em parceria entre a Prefeitura (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) e o CDD, que durou pouco e se encerrou em 2004 com diversas irregularidades jurídicas e financeiras responsáveis pela quebra do Banco do Dunas .

⁴² O governo municipal neste período (2001 - 2004) esteve sob a gestão do PT - Partido dos Trabalhadores.

O quarto momento vai de 2005 até os dias de hoje, quando houve a novo redirecionamento das ações da UFPel/Projeto Amizade a partir do programa Círculos Culturais de Lazer, Saúde e Educação com a comunidade do Dunas via CDD. Era um programa do Governo Federal executado em 2005 pela UFPel (Escola Superior de Educação Física/ESEF, que teve como objetivo principal congregar numa política comum os projetos de extensão dessa escola, centrados na indissociabilidade do ensino - pesquisa - extensão⁴³. Também nesse ano a ONG AMIZ⁴⁴ deslocou novamente suas ações para o Loteamento Dunas (havia atuado também em 2001 no PRORENDA Urbano) e junto com o Projeto Amizade e o CDD retomaram articulações antigas deixadas na Perspectiva do PRORENDA Urbano (1996 - 2001), passando a desenvolver juntos diversas atividades de rearticulação local como diagnósticos e planejamentos estratégicos a partir da iniciativa de fortalecer o conselho do CDD. Nesse ano desenvolveram uma Feira de Economia Solidária junto com o POPULARTE (mostra de arte e cultura popular), atividade final do programa círculos culturais da ESEF/UFPel. Nesse ano também desenvolveram a mais expressiva iniciativa comum: a UNIPERIFERIA, uma ONG formada por pessoas da cidade e pelas instituições AMIZ e CDD, colocando em prática a idéia de uma Universidade da Periferia na perspectiva de incentivar práticas que valorizassem os saberes e as culturas locais. Essa iniciativa teve como eixo articulador a experiência de Formação da Rede Vidadania integrando ensino e pesquisa. É retomada a idéia do PRORENDA Urbano de desenvolver

⁴³ Programa desenvolvido por alunos novos e professores que já haviam atuado no PRORENDA Urbano via Projeto Amizade, que nesse mesmo ano, ao final dos círculos culturais, encerrou suas atividades de projeto de extensão (1996 - 2005).

⁴⁴ Cabe salientar que AMIZ é nome fantasia e não uma sigla, sua denominação é Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional, o termo vem do Projeto AMIZade, projeto de extensão da ESEF que operacionalizou o PRORENDA Urbano e recebeu todas e todos os associados fundadores da AMIZ como extensionistas.

programas de desenvolvimento local pautados na participação a curto, médio e longo prazo, um novo marco que coloca na prática um programa de desenvolvimento para o Loteamento Dunas, chamado agora de PRODUNAS, ao invés de PDLI nos primórdios e de PDD ao final do PRORENDA Urbano⁴⁵.

Sela-se, então, um novo momento de articulações locais com a celebração em 2006 do Convênio de Cooperação entre as ONGs AMIZ, CDD e UNIPERIFERIA, que foi repactuado novamente em 2011. Essa cooperação foi e é um dos principais componentes e articuladores da microfísica do Loteamento Dunas no período, e teve como objetivo firmar as bases da cooperação técnica, financeira e institucional entre os partícipes para o desenvolvimento do projeto de inclusão digital do Governo Federal - Casa Brasil, aprovado no edital 2005 - Processo 555046/05 do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Execução 2006 / 2010 e renovado para 2011 / 2012)⁴⁶. Tal projeto foi extremamente importante porque disponibilizou e disponibiliza até hoje as condições materiais necessárias para o CDD e seus parceiros estratégicos mais próximos (AMIZ e UNIPERIFERIA), evitarem uma eventual subordinação

⁴⁵ PDLI - Programa de Desenvolvimento Integrado. PDD - Programa de Desenvolvimento Dunas. PRODUNAS - Aprovado em abril de 2007 sendo o componente que retoma a perspectiva da autonomia e do empoderamento local oriundos do PRORENDA Urbano. Organiza-se a partir do Conselho Gestor do CDD envolvendo e procurando fortalecer a representatividade local e atua em quatro frentes de ação: a) Ambiência Urbana; b) Educação, Cultura e Lazer; c) Saúde e Segurança Social e d) Tecnologias da Informação e Comunicação, tendo como Eixo Transversal a Geração de Trabalho e Renda.

⁴⁶Vários outros projetos foram desenvolvidos no Dunas ao longo desse período, mas o projeto Casa Brasil foi o mais significativo de todos. O Projeto foi construído e ainda hoje atua em 4 frentes de ação: 1 - Telecentro Comunitário; 2 - Uma Biblioteca e Sala de Leitura; 3 - Um estúdio multimídia; 4 - Um Laboratório de Pesquisa chamado de Observatório de Segurança Social, além de um auditório para 100 pessoas. A AMIZ foi a ONG beneficiada com o edital na primeira etapa, O CDD o parceiro local e ponte com a comunidade do Dunas e a UNIPERIFERIA responsável por articular o empoderamento local e a participação da comunidade do Dunas e de outras instituições locais e globais no projeto. Atualmente o projeto foi novamente contemplado em edital também via CNPQ, mas dessa vez executado pela UFPel - Faculdade de Educação - em parceria com a UNIPERIFERIA e o CDD.

nas relações de poder, o que fortalece a idéia antiga do PRORENDA Urbano de assegurar a autonomia e o empoderamento do Loteamento Dunas nas relações de poder. Esta é a moldura presente da microfísica do Loteamento Dunas, o que por certo é desdobramento da implementação do PRORENDA Urbano neste território.

Por fim, é importante destacar que os dispositivos (discursos) que interferiram nas relações sociais do Loteamento Dunas, que procuraram ordenar formas e conteúdos de como as relações sociais deveriam ocorrer, não se dão linear e tranquilamente, pois o que vemos é o local que se insurge e cria importantes rupturas neste processo burocrático governamental, constituindo outras formas de empoderamento e participação política bastante peculiar para a população, em especial a partir do fortalecimento e autonomia do Comitê de Desenvolvimento do Dunas e de outros coletivos parceiros. Mesmo que os dispositivos (discursos) procurem sempre conjurar problemas e procurar uma certa unidade que combata a desagregação e a resistência dos grupos envolvidos, o que vemos no processo do Loteamento Dunas, fortalece a idéia de que estes dispositivos não garantem uma coesão social, pois eles são movediços e multilíneares, não abarcam sistemas homogêneos, seguem direções diferentes e formam processos em desequilíbrios que se quebram facilmente. Temos então, que a caminhada nas relações de poder do Loteamento Dunas, criou rupturas com os dispositivos (discursos) que procuravam produzir sujeitos conformados a seguirem um caminho único e específico, traçado em especial no processo do PRORENDA Urbano.

Assim, o Loteamento Dunas consegue encontrar suas linhas de fuga que se materializaram, em especial, na constituição de outra instituição organicamente ligada ao CDD, a UNIPERIFERIA, e no seu envolvimento global na Rede mundial do Fórum Social Mundial, o que lhe garante sua

existência institucional para além de suas fronteiras locais, escapando assim, por exemplo, da tentativa governamental local, no pós PRORENDA Urbano (final de 2001), de se apropriar do espaço do CDD para fazer uma extensão da prefeitura municipal, e até hoje, o CDD, como representante da população do Loteamento Dunas, se mantém numa condição autônoma e independente do poder público.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba; **CHINI**, Patrícia Maria: Um novo cenário político: as eleições municipais de 1988 em Pelotas (RS). Artigo da pesquisa financiada pelo CNPq: Impacto das coligações nas eleições municipais de Pelotas (RS) - 1988. Endereço eletrônico: http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/publicacoes/alvaro/UPF_Encontro_de_Historia_Regional_2007.pdf - Acessado em 10 de abril de 2011.

CUNHA, Djason B. Della. Crise do Direito e da regulação jurídica nos Estados Constitucionais periféricos - Modernidade e globalização. Sérgio Fabris, Porto Alegre, 2003.

DECRETO Nº 3.811. Institui o Colegiado Prorenda Urbano do Município de Pelotas, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.892. Altera o art. 3º do Decreto nº 3.811, de 25/11/97 e dá outras providências.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**; Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*, volume 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. Reestruturação Produtiva e Política de Educação Profissional. Porto Alegre, Faculdade de Educação UFRGS, 2000, p. 53-128.

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1994.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Trad. E Org. Roberto Machado: Graal, 1982.

_____. Segurança, Território e População. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Nascimento da Biopolítica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL, Antônio. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOUTART, François & **POLET**, François. O outro Davos - mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez Ed. 2002.

RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos. São Paulo: Makron Books, 1995.

JORNAL Memórias Dunas, Volume I. 2008.

JORNAL Memórias Dunas, Volume II. 2008.

LAVILLE, Christian; **DIONNE**, Jean. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ArtMed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIVRO de Atas do Comitê de Desenvolvimento do Dunas. 1997. P. 01-52

MATOS, Nelson J. C. Teoria do Estado: Uma introdução crítica ao Estado democrático liberal. Sérgio Fabris, Porto Alegre, 2003.

MANUAL da GTZ. Módulo I. A Cooperação Internacional. 2000.

_____. Módulo II. O Prorenda Urbano no Rio Grande do Sul. 2000.

_____. Módulo III. A Metodologia. 2000.

_____. Módulo IV. Organização Comunitária. 2000.

RELATÓRIO Geral das Atividades do Programa de Desenvolvimento do Dunas. ONG AMIZ - Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional. 2001.

ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In Kike Featherstone, org. Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Fórum Social Mundial: Manual de Uso. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

_____. A Globalização e as Ciências Sociais. Organizador. 3. Ed. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

SILVA, M.O.S. (Coord.). O Comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, Paul; **SOUZA**, A.R. A Economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2001.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

THOMAZ, Florismar Oliveira: PRODUNAS / PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO DUNAS: "Comunidade Protetora da Vida" - Pelotas - RS. Projeto encaminhado a Edital Petrobrás de 2007.

VALEIRÃO, Kelin. Foucault na Educação: Ferramentas Analíticas para a Práxis Educacional Hoje. Pelotas Faculdade de Educação UFPEL, 2009, p. 49-60.

VERSÃO DISPONÍVEL EM:

WWW.LOTEAMENTODUNASESUAMICROFISICADEPODER.BLOGSPOT.COM